

CHAMADA FAPEMIG 04/2024

BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PELO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PCRH

A FAPEMIG anuncia esta Chamada, respeitando as normativas federais e estaduais de inovação e as diretrizes estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, bem como os planos de desenvolvimento estadual. Convidamos os servidores públicos estaduais efetivos e os empregados públicos concursados, vinculados às Instituições credenciadas junto ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos da FAPEMIG, a apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro na modalidade Bolsa de Pós-Graduação, conforme as condições estipuladas por esta Chamada.

SUMÁRIO

[CAPÍTULO I – DIRETRIZES ESPECÍFICAS](#)

[OBJETIVO](#)

[CALENDÁRIO](#)

[RECURSOS FINANCEIROS](#)

[PRAZOS DOS AUXÍLIOS](#)

[PROPOSTAS ELEGÍVEIS](#)

[PROPOSTAS](#)

[ITENS FINANCIÁVEIS](#)

[JULGAMENTO E SELEÇÃO](#)

[CAPÍTULO II – DIRETRIZES GERAIS](#)

[REQUISITOS PARA UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO](#)

[DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS](#)

[CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS](#)

[ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO](#)

[ORIENTAÇÕES GERAIS](#)

[INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES](#)

[DISPOSIÇÕES FINAIS](#)

[ANEXO I: PARECER DE RECOMENDAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE](#)

[ANEXO II: DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE BOLSA E DE DEDICAÇÃO](#)

[ANEXO III: DECLARAÇÃO BENEFICIÁRIO - PARA ESPECIALIZAÇÃO](#)

[ANEXO IV: TERMO DE OUTORGA COM GESTORA](#)

[ANEXO V: TERMO DE OUTORGA SEM GESTORA](#)

[ANEXO VI: TERMO DE ANUÊNCIA - ATUAÇÃO SEM A UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO](#)

CAPÍTULO I – DIRETRIZES ESPECÍFICAS

1. OBJETIVO

Aperfeiçoar institucionalmente as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTMG, públicas estaduais, e demais órgãos e entidades da Administração Pública estadual, que tenham atividades voltadas para ciência, tecnologia e inovação, ou ensino superior, ou ainda prestação de serviços técnico-científicos, de forma a contribuir para o alcance de seus propósitos estratégicos, por meio da indução da capacitação de servidores públicos estaduais efetivos e empregados públicos concursados no Estado de Minas Gerais, de forma a possibilitar melhor qualificação para a execução de suas atividades dentro da instituição em que atuam, apoiando a formação em cursos de pós-graduação.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1.1 Capacitar os servidores e empregados públicos do Estado de Minas Gerais com o objetivo de aperfeiçoar a produção de conhecimento científico e tecnológico;

1.1.2 Contribuir para o desenvolvimento das instituições estaduais voltadas para pesquisa, da Administração Pública direta e indireta, para a melhoria de sua qualificação tecnológica e científica;

1.1.3 Contribuir para o aumento da produção científica das instituições estaduais;

1.1.4 Oferecer oportunidades de capacitação na busca de qualificação, eficiência e eficácia das instituições estaduais, nas suas atividades de ciência, tecnologia e inovação.

2. CALENDÁRIO

2.1 As propostas serão recebidas, eletronicamente, pela FAPEMIG, até as 17:00 (dezessete horas) do dia **18/03/2024** e, desde que iniciadas dentro desse prazo, poderão ser finalizadas até as 23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do mesmo dia.

2.2 A FAPEMIG não se responsabiliza por qualquer problema na submissão das propostas motivado por eventuais falhas de conexões com a internet, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados. Essas eventualidades não serão aceitas como argumento para a submissão de propostas após o prazo. Recomenda-se que as propostas sejam encaminhadas com prudente antecedência.

2.3 Cronograma Detalhado

ETAPAS	DATA
Lançamento da Chamada na página da Internet da FAPEMIG e do extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais	16/02/2024
Disponibilização do Formulário Eletrônico de Propostas	16/02/2024
Limite para esclarecimentos de dúvidas acerca desta Chamada	13/03/2024
Limite para submissão eletrônica das propostas acerca desta Chamada	Até às 17h do dia 18/03/2024
Divulgação dos resultados na página da Internet da FAPEMIG	A partir de 21/05/2024
Prazo para interposição de recursos	10 (dez) dias corridos após a divulgação dos resultados

Prazo limite para homologação dos resultados	Até 7 dias corridos da data de encerramento da interposição de Recursos ou, em caso de interposição, da data de divulgação da análise do Julgamento dos Recursos
Processos aprovados e financiados/Termos de Outorga vigentes	A partir de 01/07/2024

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Os recursos alocados para financiamento desta Chamada serão da ordem de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo definidos na Programação Orçamentária e Financeira da FAPEMIG.

3.2 As despesas decorrentes desta Chamada correrão à conta das dotações orçamentárias da FAPEMIG a seguir relacionadas ou pelas que as sucederem:

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 90 18 0 10 1

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 90 20 0 10 1

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 90 39 0 10 1

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 50 43 0 10 1

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 20 41 0 10 1

2071 19 571 022 4048 0001 3 3 90 41 0 10 1

3.3 Os valores das mensalidades das bolsas de Mestrado e Doutorado estão informados na Tabela a seguir:

PROGRAMA	MODALIDADE	MENSALIDADES	
PCRH - Programa de Capacitação de Recursos Humanos	Mestrado	Integral	R\$ 2.100,00
		Parcial	R\$ 1.050,00
	Doutorado	Integral	R\$ 3.100,00
		Parcial	R\$ 1.550,00

3.4 A FAPEMIG poderá destinar parte do valor dos projetos para pagamento de despesas operacionais e administrativas das Fundações de Apoio, conforme item I do Anexo Único da [Deliberação do Conselho Curador n. 182/2022](#)

3.5 O número de propostas a se contratar está condicionado ao limite dos recursos disponíveis nesta Chamada. O valor dos recursos disponíveis para esta Chamada poderá ser alterado a critério do Conselho Curador ou da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG.

4. PRAZOS DOS AUXÍLIOS

4.1 O prazo de execução de cada auxílio contratado é de até 24 (vinte e quatro) meses para Mestrado e até 48 (quarenta e oito) meses para Doutorado. Caso o(a) candidato(a) já esteja cursando a Pós-Graduação, com ou sem bolsa, esse período será descontado do limite máximo de cada auxílio.

4.2 Para os casos de Lato Sensu (Especialização) será observado o tempo de duração do curso, cujo auxílio é concedido somente quando envolver cursos com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas ou, nos casos relacionados aos cursos Lato Sensu organizados em módulos, estes poderão ser realizados, no máximo, em 24 (vinte e quatro) meses.

4.3 Serão aceitas prorrogações do prazo de conclusão do auxílio para cursos Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)

apenas em casos de licenças autorizadas pela FAPEMIG (licença maternidade e tratamento de saúde prolongado) e desde que o bolsista também tenha obtido a prorrogação do curso Stricto Sensu junto ao Programa de Pós-Graduação a ele vinculado.

4.3.1 Durante o período de afastamento o(a) bolsista não fará jus à bolsa, exceto quando se referir à licença maternidade, sendo que nesse caso o período de prorrogação poderá ser, excepcionalmente, por até 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Lei Federal n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017, e os pedidos de licença deverão ser formalizados previamente à FAPEMIG, anteriormente ao início do período de licença maternidade junto à ICTMG.

4.4 Os beneficiários da bolsa de doutorado poderão pleitear sua suspensão para a realização de estágio no exterior, ou de doutorado sanduíche, vinculado ao tema da tese.

4.4.1 Os pedidos de suspensão da bolsa de doutorado devem ser formalizados previamente à FAPEMIG. A suspensão ocorrerá somente após autorização da FAPEMIG. O não cumprimento desta exigência implicará no cancelamento do auxílio e na devolução dos recursos concedidos.

4.4.2 O mesmo procedimento descrito nos itens 4.4 e 4.4.1 deverá ser observado para a solicitação de reintegração ou cancelamento da suspensão.

5. PROPOSTAS ELEGÍVEIS

São consideradas elegíveis as propostas de servidores públicos estaduais efetivos e empregados públicos concursados de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICTMG, pública estadual, integrante da administração pública, direta ou indireta do Estado de Minas Gerais, podendo ser ampliada aos demais órgãos e entidades da administração pública estadual, que tenham atividades voltadas para pesquisa científica, tecnológica e de inovação, ou ensino superior, ou ainda prestação de serviços técnico-científicos, credenciadas ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH e cadastradas junto à FAPEMIG, que atendam aos requisitos desta Chamada.

5.1 Por parte da Proponente

A Instituição de vínculo do autor da proposta, ora denominada Proponente, deve:

5.1.1 Desenvolver atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, ou ensino superior, ou ainda prestação de serviços técnico-científicos.

5.1.2 Se comprometer a propiciar condições adequadas para o bom aproveitamento do curso, bem como tempo para o servidor dedicar-se ao Plano de Trabalho proposto.

5.1.3 Estar credenciada ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos - PCRH da FAPEMIG.

5.1.3.1 As Instituições já credenciadas por meio de Chamadas Públicas lançadas pela FAPEMIG, para concorrerem a esta Chamada, são:

DEER-MG	Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESP-MG	Escola de Saúde Pública de Minas Gerais
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNED	Fundação Ezequiel Dias
HEMOMINAS	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
PCMG	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

5.1.3.2 Poderão também concorrer a esta Chamada servidores e empregados públicos que sejam vinculados a instituições estaduais que porventura venham a se credenciar ao PCRH da FAPEMIG, **por meio da Portaria PRE 10/2023**, e que não estejam citadas no item 5.1.3.1, desde que o efetivo credenciamento ocorra até a data de submissão de proposta por parte beneficiário do curso.

5.1.4 Observar diretrizes específicas constantes do Manual da FAPEMIG, do Manual do PCRH e demais normativos, desde a submissão da proposta até a prestação final de contas.

5.2 Por parte da Proposta

A proposta a ser submetida deve:

5.2.1 Ser elaborada em português e submetida por meio do preenchimento de formulário eletrônico, disponível no sistema Everest (<http://everest.fapemig.br/home/login>).

5.2.1.1 Não serão aceitas propostas submetidas de qualquer outra forma.

5.2.2 Contemplar o Plano de Trabalho a ser desenvolvido no período do curso, que se trata do formulário eletrônico preenchido diretamente no sistema Everest.

5.2.3 Descrever o projeto vinculado ao Plano de Trabalho do item 5.2.2, conforme formulário eletrônico disponível no sistema Everest.

5.2.4 Explicitar o alinhamento entre a Proposta, os objetivos institucionais da Proponente e as atividades previstas no Plano de Trabalho.

5.2.5 Explicitar os impactos da Proposta para o desenvolvimento institucional da Proponente e os benefícios e resultados esperados com a execução do Plano de Trabalho proposto, evidenciando, inclusive, se for o caso de gerar também benefícios e impactos externos à ICTMG.

5.2.6 Prever a elaboração, ao final do benefício recebido, de um PITCH (material de divulgação em vídeo voltado ao público leigo), conforme as diretrizes contidas na página da FAPEMIG.

5.2.7 O curso *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) escolhido deve ser centro de excelência, avaliado pela CAPES, no mínimo, com conceito 4 (quatro), credenciado pelo MEC. Os cursos *Lato Sensu* (Especialização) deverão ser oferecidos por instituições de ensino superior ou por entidades especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, conforme especificado no Portal do MEC, e serem de reconhecida excelência na área, observando, ainda, o item 2.3 desta Chamada.

5.2.7.1 Os cursos devem ser ministrados por instituições situadas no território brasileiro.

5.2.8 Os cursos devem ser ministrados por instituição diferente da Proponente.

5.3 Por parte do Beneficiário

Para ser beneficiário, o autor da proposta deve atender às seguintes condições:

5.3.1 Ser graduado em curso de nível superior.

5.3.2 Possuir vínculo como servidor efetivo ou empregado público concursado, com carga horária mínima de 30 horas semanais com a Proponente do apoio do PCRH.

5.3.3 Atuar em área correlata ao conteúdo do curso pretendido.

5.3.4 Restar de efetivo exercício, do tempo para sua habilitação para aposentadoria, o dobro do período necessário para o curso pretendido, o que será comprovado por meio de declaração do respectivo setor de Recursos Humanos.

5.3.5 Apresentar compatibilidade entre as atividades profissionais e o curso e, se for o caso, a autorização de afastamento, nos termos do Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021.

5.3.6 Vincular o resultado do curso (trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese) aos interesses da instituição beneficiária.

5.3.7 Comprometer-se formalmente em permanecer na Proponente, após o término do curso, por período equivalente, no mínimo, ao do benefício recebido.

5.3.7.1 O servidor ou empregado público deve se comprometer a permanecer no serviço público estadual por período igual ao do recebimento do benefício, a contar da sua conclusão, sob pena de ressarcimento do valor custeado, salvo se não tiver dado causa ao desligamento. Essa obrigação deverá ser monitorada pela Proponente, sob pena de sua responsabilização.

5.3.7.2 O servidor ou empregado público que não der continuidade à capacitação/formação solicitada, ou for reprovado, ou descumprir as normas relativas à sua concessão terá o auxílio cancelado e deverá ressarcir o valor investido, devidamente corrigido, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aprovado pela FAPEMIG.

5.3.8 Ter currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq, com histórico de produção científica ou tecnológica relevante nos últimos cinco anos na área específica da proposta submetida, principalmente no que diz respeito ao tema da proposta cadastrado no

sistema Everest da FAPEMIG e no Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais (SEI).

5.3.8.1 Se documentado no currículo Lattes do CNPq, pesquisadoras gestantes nos últimos cinco anos terão consideradas produções científicas e ou tecnológicas dos últimos seis anos, independentemente do número de gestações nesse período.

5.3.9 Estar liberado pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – Sugesp da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, para os casos previstos no Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021.

5.3.10 Apresentar e ser responsável por apenas uma proposta.

5.3.11 Observar as diretrizes específicas constantes no Manual da FAPEMIG e no Manual do PCRH, desde a submissão da proposta até a prestação final de contas.

5.3.12 O beneficiário não pode acumular a bolsa concedida pela FAPEMIG com qualquer outra bolsa.

5.3.13 Estar adimplente quanto a relatórios técnicos e prestações de contas relativas a quaisquer das modalidades de apoio recebidas da FAPEMIG.

5.3.14 A FAPEMIG não realiza pagamentos de forma retroativa, nem de cursos já iniciados.

5.3.14.1 Somente poderá ser financiado curso *Lato Sensu* (especialização) que ainda não tenha iniciado.

6. PROPOSTAS

6.1 As propostas deverão ser submetidas, obrigatoriamente, em versão eletrônica no sistema Everest da FAPEMIG (<http://everest.fapemig.br>), respeitando-se o prazo definido no item 2 Calendário desta Chamada.

6.2 A descrição da proposta, por meio do formulário eletrônico, doravante denominada Plano de Trabalho, deverá conter:

6.2.1 Dados da Bolsa

- 6.2.1.1 Título;
- 6.2.1.2 Data de início da bolsa;
- 6.2.1.3 Data de início do curso;
- 6.2.1.4 Data de término do curso;
- 6.2.1.5 Área de conhecimento;
- 6.2.1.6 Subárea de conhecimento;
- 6.2.1.7 Resumo do Plano de Trabalho do Bolsista;
- 6.2.1.8 Palavras-Chave (mínimo 3 e máximo 6).

6.2.2 Instituições

- 6.2.2.1 Instituição Executora (Proponente);
- 6.2.2.2 Instituição Gestora (Fundação de Apoio, se houver).

6.2.3 Instituição onde será realizado o curso

- 6.2.3.1 Razão Social;
- 6.2.3.2 Endereço;
- 6.2.3.3 Cidade;
- 6.2.3.4 País;
- 6.2.3.5 E-mail da instituição.

6.2.4 Detalhamento da Proposta

- 6.2.4.1 Breve descrição da correlação entre a atuação do beneficiário na instituição proponente e o conteúdo do curso pretendido;
- 6.2.4.2 Justificativa fundamentada para o apoio;
- 6.2.4.3 Resultados, benefícios e impactos esperados, evidenciando, inclusive, se for o caso de gerar também benefícios e impactos externos à instituição proponente;
- 6.2.4.4 Informações relevantes complementares (se houver);
- 6.2.4.5 Resumo Publicável em linguagem acessível para o público leigo.
- 6.2.4.6 Unidade SEI do solicitante, para assinatura do Instrumento Jurídico

6.2.5 Produtos pretendidos

- 6.2.5.1 Produto;
- 6.2.5.2 Quantidade;
- 6.2.5.3 Tipo;

6.2.5.4 Especificação.

6.2.6. Metas

6.2.6.1 Descrição da meta

6.2.7. Etapas

- 6.2.7.1. Meta (relacionar meta à etapa);
- 6.2.7.2. Descrição da etapa;
- 6.2.7.3. Indicador de Progresso (Marco);
- 6.2.7.4. Entregável(is);
- 6.2.7.5. Mês de Início;
- 6.2.7.6. Mês de Fim;
- 6.2.7.7. Peso;
- 6.2.7.8. Responsável;
- 6.2.7.9. Executor(es).

6.2.8 Detalhamento de todos os itens de despesa necessários para a execução da proposta, se houver, contendo quantidade, valor unitário e justificativa.

6.2.8.1 Qualquer item não incluído, mesmo que necessário à proposta, será considerado pela FAPEMIG como aporte voluntário. Não serão considerados os itens e/ou justificativas de recursos apresentados fora do Plano de Trabalho.

6.3 Os documentos citados nos subitens 6.3.1 a 6.3.8 deverão ser encaminhados na forma de arquivo eletrônico a serem anexados ao Plano de Trabalho, formulário Documentos Eletrônicos, no próprio sistema Everest. **A ausência de qualquer um desses documentos implicará na desclassificação da Proposta.**

6.3.1 Arquivo eletrônico contendo documento formal emitido pela área de Recursos Humanos da Instituição beneficiária, conforme o modelo do **Anexo VIII**, informando que:

- a) o candidato possui vínculo, como servidor efetivo ou empregado público concursado, com carga horária mínima de 30 horas semanais, com a instituição beneficiária do apoio do PCRH;
- b) resta ao candidato, de efetivo exercício, do tempo para sua habilitação para aposentadoria, o dobro do período necessário para o curso pretendido;
- c) o candidato atua em área correlata ao conteúdo do curso pretendido.

6.3.2 Arquivo eletrônico contendo documento formal emitido:

- a) pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – Sugesp da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag informando sobre a liberação do servidor para os casos previstos no Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021;
- b) ou documento formal emitido pela chefia imediata do servidor público informando que o servidor efetuará a compensação de horas, conforme o Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021;
- c) ou documento formal emitido pela área de Recursos Humanos da Instituição beneficiária informando que o servidor não ficará afastado do trabalho para a realização do curso.

6.3.3 Arquivo eletrônico contendo a aprovação da instituição executora do curso para a participação do candidato no curso pretendido (o comprovante de matrícula do aluno serve como comprovação).

6.3.3.1 Caso o resultado da seleção não seja divulgado até o momento de fechamento dessa Chamada, poderá ser apresentado o comprovante de inscrição do candidato, sendo que o comprovante final de aprovação deverá ser encaminhado à FAPEMIG, por meio da sua [Central de Informações](#) ou do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MG, para o Chefe do Departamento de Programas de Bolsas e Eventos Técnicos – FAPEMIG/DBE, em até 60 dias após a divulgação do resultado da Chamada.

6.3.4 Arquivo eletrônico contendo parecer de recomendação da autoridade competente da instituição beneficiária, que ateste a importância do auxílio para a estratégia de desenvolvimento institucional, seu alinhamento com o Planejamento Estratégico, ou instrumento equivalente, e os resultados previstos, nos moldes do **Anexo I**.

6.3.5 Arquivo eletrônico contendo o comprovante de que o candidato é graduado em curso de nível superior.

6.3.6 Além dos arquivos eletrônicos *supra*, deverão ser apresentados os seguintes, conforme qualificação pretendida:

6.3.6.1 Curso *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado)

a) Anteprojeto de dissertação ou tese vinculado aos interesses da instituição beneficiária;

a.1) O anteprojeto é necessário mesmo para as instituições que não exijam este documento, pois será avaliado pelas

Câmaras de Avaliação de Projetos;

b) Declaração assinada pelo beneficiário de que não recebe outra bolsa, conforme **Anexo II**.

6.3.6.2 Curso *Lato Sensu* (especialização)

a) Enviar o Programa, conteúdo e indicação das áreas de atuação do curso pretendido;

b) Documento oficial do curso contendo o valor da mensalidade e das taxas escolares;

c) Declaração assinada pelo beneficiário de dedicação, conforme **Anexo III**.

6.3.7 Arquivo eletrônico contendo o currículo do candidato na Plataforma Lattes do CNPq.

6.3.8 Arquivo eletrônico contendo, se for o caso, a anuência a que se refere o art. 65 do Decreto n.47.442/18, conforme **Anexo VII**.

6.3.9 Quaisquer modificações nos textos dos Anexos II e III acarretarão na desclassificação da Proposta.

6.4 No momento da submissão das propostas, a Proponente e a Fundação de Apoio, quando for o caso, deverão estar cadastradas na FAPEMIG. Para isso, as [Portarias FAPEMIG PRE n. 01/2021](#) e [PRE n. 12/2021](#) deverão ser observadas. A relação das instituições cadastradas encontra-se no endereço <http://www.fapemig.br/pt/menu-servicos/instituicoes-cadastradas/>.

7. ITENS FINANCIÁVEIS

7.1 Serão financiados, desde que compatíveis com o objetivo desta Chamada, com o [Manual da FAPEMIG](#), o [Manual do PCRH](#) e devidamente justificados, os seguintes itens de despesa:

7.1.1 Mensalidades de bolsas: Mestrado ou Doutorado, conforme valores determinados no subitem 3.3 desta Chamada.

7.1.1.1 Para os candidatos que fizerem o curso *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado) em município diferente ao do seu domicílio, ou do seu local de trabalho, será paga mensalidade integral da respectiva bolsa. Para os candidatos que fizerem o curso *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado) no mesmo município do domicílio, ou na região metropolitana, será pago um apoio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade da respectiva bolsa.

7.1.1.2 Para os cursos de Doutorado será concedido o número máximo de 48 (quarenta e oito) mensalidades de bolsa.

7.1.1.3 Para os cursos de Mestrado será concedido o número máximo de 24 (vinte e quatro) mensalidades de bolsa.

7.1.1.4 Caso o candidato esteja cursando o Mestrado ou o Doutorado, com ou sem bolsa, esse período será descontado do limite do benefício de 24 (vinte e quatro) meses para o Mestrado ou de 48 (quarenta e oito) meses para o Doutorado.

7.1.1.5 No caso de gestantes, o período de concessão poderá ser excepcionalmente prorrogado por até 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Lei Federal n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017.

7.1.2 Passagem: um (1) único trecho de ida e volta para o beneficiário, quando o curso for desenvolvido fora do domicílio ou da sede de trabalho.

7.1.3 Taxas Escolares:

7.1.3.1 *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado): Pagamento das taxas escolares anuais, incluindo a matrícula e as taxas de laboratório, limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) do valor anual acumulado das mensalidades, referente à bolsa integral da qualificação pretendida (subitem 3.3 desta Chamada).

7.1.3.2 *Lato Sensu* (Especialização): Pagamento integral de taxas escolares, incluindo matrícula e taxas de laboratório.

7.2 A FAPEMIG não realiza pagamentos de forma retroativa.

7.3 Curso *Lato Sensu* (Especialização) somente poderá ser financiado desde que ainda não tenha sido iniciado.

8. JULGAMENTO E SELEÇÃO

Esta fase compreende três etapas.

8.1 Habilitação: as propostas submetidas serão analisadas pelo corpo técnico da FAPEMIG para verificar se atendem aos termos desta Chamada. Esta etapa é eliminatória. **As propostas que descumprirem os requisitos desta Chamada serão inabilitadas.** Dependendo do número de propostas submetidas no âmbito desta Chamada, com o objetivo de gerar agilidade e eficiência no processo de julgamento e seleção, a FAPEMIG poderá deslocar a fase de habilitação para momento posterior à fase de análise de mérito.

8.2 Análise de Mérito: cada proposta habilitada será analisada conforme critérios descritos no item 8.4 e será classificada em ordem de prioridade. Somente as propostas que obtiverem pelo menos 70% (setenta por cento) da pontuação máxima, em cada item, serão classificadas.

8.3 Homologação: as propostas recomendadas e classificadas na etapa anterior serão homologadas pela Diretoria Executiva da FAPEMIG e serão financiadas levando em conta as prioridades estabelecidas pela pontuação obtida e os limites orçamentários.

8.4 Os critérios de julgamento das propostas submetidas e as pontuações máximas atribuídas são:

Critérios	Pontuação Máxima
Mérito	30 pontos
Relevância	30 pontos
Estrutura e Adequação do Plano de Trabalho	20 pontos
Qualificação do Candidato	20 pontos
Total	100 pontos

8.4.2. Especificamente, serão avaliados os seguintes pontos:

8.4.2.1 Mérito (30 pontos): originalidade e abrangência da proposta; qualidade e pertinência das atividades propostas no plano de trabalho; benefícios e resultados esperados com a execução do plano de trabalho; contribuição da proposta para a produção científica e ou tecnológica; alinhamento entre a proposta, os objetivos institucionais da Proponente e as atividades previstas no plano de trabalho.

8.4.2.2 Relevância (30 pontos): relevância do trabalho proposto para o desenvolvimento institucional da Proponente; capacidade de geração de impactos dentro e fora da Proponente.

8.4.2.3 Estrutura e adequação do Plano de Trabalho (20 pontos): estrutura e adequação do plano de trabalho proposto ao projeto no qual se vincula, bem como viabilidade de sua execução.

8.4.2.4 Qualificação do Candidato (20 pontos): experiência prévia na área pleiteada e qualificação do candidato.

CAPÍTULO II – DIRETRIZES GERAIS

9. REQUISITOS PARA UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO

9.1 No momento da apresentação da proposta poderá ser indicada uma Fundação de Apoio (Instituição Gestora) para o gerenciamento dos recursos financeiros aprovados.

9.2 Quando for o caso da indicação prevista no item 9.1, a Fundação de Apoio deverá:

a) ser cadastrada na FAPEMIG em acordo com os termos previstos na Portaria PRE n. 01/2021 (http://www.fapemig.br/pt/legislacao_detail/483) e na Chamada FAPEMIG 010/2021, ou outra norma que vier substituí-la.

b) ser credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) (<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/fundacoes-de-apoio-sesu>), quando a Fundação de Apoio for vinculada à ICTMG (instituição executora) Pública Federal.

c) ser credenciada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE (<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/inicio/projetos/projeto/1097>), quando a Fundação de

Apoio for vinculada à ICTMG (instituição executora) Pública Estadual.

d) celebrar ou ter celebrado convênio ou instrumento congêneres com a ICTMG (instituição executora) em atendimento ao art. 65 do Decreto nº 47.442/2018.

9.3 Caso a ICTMG (instituição executora) decida-se por operacionalizar o gerenciamento dos recursos financeiros aprovados, sem a utilização de uma Fundação de Apoio, inclusive com a responsabilidade solidária pela Prestação de Contas Técnica/Financeira, deverá ser anexado à proposta, no sistema Everest, o Termo de Anuência para atuação sem a utilização de Fundação de Apoio, nos moldes do Anexo VI.

9.4 Em cumprimento ao art. 3º, §5º, IV da [Lei Estadual n. 22.929/2018](#) e visando atender ao disposto na Cláusula Décima Nona dos Termos de Outorga, a Proponente e a Fundação de Apoio deverão indicar os(as) responsáveis pelo controle e fiscalização da execução dos instrumentos jurídicos, no momento da submissão da proposta, conforme o modelo constante no Anexo IX.

10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 O resultado final da seleção das propostas será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma de extrato e, na íntegra, na página da FAPEMIG no endereço www.fapemig.br.

10.2 As eventuais inadimplências e pendências de natureza técnica e/ou financeira dos proponentes serão divulgadas juntamente com o resultado final do julgamento da Chamada e deverão ser sanadas em até 30 dias após a notificação recebida no momento de elaboração do Termo de Outorga, conforme dispositivo 11.1.2.1.

10.3 Eventuais recursos poderão ser interpostos, formalmente, junto ao Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a publicação dos resultados, nos seguintes casos:

10.3.1 Quando o solicitante entender que houve erro de mérito no julgamento da proposta.

10.3.2 Quando o solicitante julgar que houve falha de procedimento operacional ou administrativo.

10.4 A apresentação das razões de recurso deverá ser efetuada, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no módulo de acesso para usuários externos (<https://www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno>), utilizando a ferramenta de Peticionamento Eletrônico, e encaminhada à unidade SEI FAPEMIG/DCTI. Poderá também ser endereçada ao Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, via correio ou protocolado na sede da FAPEMIG.

10.4.1 As orientações sobre o Peticionamento Eletrônico via SEI podem ser consultadas no [Guia Rápido SEI – Interposição de Recursos](#).

10.4.2 A apresentação das razões de recurso deverá conter elementos objetivos que contestem o resultado do julgamento e observar os critérios e dispositivos desta Chamada. Não constituem razões para recurso quando os proponentes deixam de observar e atender a todos os itens desse chamamento público. É de responsabilidade dos proponentes a leitura completa e interpretação da Chamada, podendo fazer jus, se for o caso, à aplicação do disposto no item 13.9 e seus subitens.

10.5 Não serão aceitos os recursos submetidos fora das normas e dos prazos estabelecidos. Será considerada a data e hora do envio do processo SEI à unidade descrita no item 10.4 e, no caso de ser enviado pelo correio, será considerada a data de postagem.

10.6 Recursos administrativos interpostos de acordo com o item 10.3 impedirão o andamento normal das ações e procedimentos previstos no item “Contratação e Liberação de recursos” somente com relação a este recorrente.

10.7 O resultado da análise dos recursos administrativos interpostos, previstos no subitem 10.3, serão publicados na página da FAPEMIG no endereço www.fapemig.br, assim como serão comunicados por escrito aos recorrentes.

10.8 O recurso dirigido ao Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG, o qual, se não reconsiderar a sua decisão, será encaminhado à Presidência da FAPEMIG, exaurindo a esfera administrativa como última instância de análise recursal no âmbito da FAPEMIG.

11. CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

11.1 A contratação das propostas aprovadas por esta Chamada obedecerá a ordem de classificação do julgamento e dar-se-á de acordo com a disponibilidade financeira, por meio da assinatura de Termo de Outorga (**Anexo IV** ou **Anexo V**), que será firmado entre a FAPEMIG, a Instituição Executora, o Beneficiário e a Fundação de Apoio, quando houver, todos indicados na proposta, nos termos desta Chamada.

11.1.1 A Fundação de Apoio, quando houver, será responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros.

11.1.2 Constitui fator impeditivo à formalização do Termo de Outorga e à liberação do apoio financeiro a existência de

inadimplência ou pendências de natureza financeira ou técnica do Beneficiário, da Instituição Executora e da Fundação de Apoio, se houver.

11.1.2.1 No momento de elaboração do Termo de Outorga, as eventuais inadimplências ou pendências de natureza financeira e/ou técnica dos proponentes serão notificadas e deverão ser sanadas em até 15 dias após o recebimento dessa notificação. Após este prazo o instrumento não será celebrado e o proponente será considerado desclassificado.

11.2 O desembolso financeiro para os projetos contratados será realizado conforme disponibilidade financeira da FAPEMIG, obedecendo a ordem de priorização dos projetos.

11.3 A liberação dos recursos far-se-á na forma estabelecida no correspondente Termo de Outorga, devendo o repasse financeiro se iniciar após a assinatura do citado Termo de Outorga pelos representantes legais dos partícipes, a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e a liberação dos recursos pelo Tesouro Estadual.

11.4 Serão definidas no Termo de Outorga as formas, condições de execução, direitos e obrigações de cada um dos partícipes.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1 A FAPEMIG se reserva o direito de, a qualquer tempo, acompanhar o desenvolvimento das atividades, solicitar informações, relatórios de acompanhamento, dados ou quaisquer materiais que evidenciem o desenvolvimento das atividades em correspondência ao cronograma físico-financeiro aprovado e, após a conclusão dos trabalhos, verificar o cumprimento das condições fixadas no Termo de Outorga.

12.2 A FAPEMIG adotará instrumentos de acompanhamento e avaliação final dos projetos com base nos critérios descritos a seguir:

12.2.1 Aderência dos resultados obtidos na execução do Curso de Pós-Graduação com o objetivo do mesmo.

12.2.2 Cumprimento dos objetivos propostos e apresentação dos produtos oriundos do Curso de Pós-Graduação, com a devida menção do apoio da FAPEMIG.

12.2.3 Contribuição para a produção científica e ou tecnológica.

12.2.4 Impacto do projeto para dentro e fora da ICTMG.

12.2.5 Conteúdo e apresentação do *PITCH*.

12.2.6 Regularidade da aplicação dos recursos financeiros.

12.3 O beneficiário deverá encaminhar a prestação de contas técnico-científica por meio do formulário on-line específico, denominado [Relatório Técnico Científico](#), no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da execução do processo.

12.3.1 Deverá ser apresentada na prestação de contas técnico-científica a cópia do certificado de conclusão do curso (*lato sensu*), ou ata de aprovação da dissertação/tese (*stricto sensu*), assim como a cópia digital do trabalho de conclusão de curso, participações em eventos e demais produtos gerados a partir do auxílio.

12.3.1.1 A apresentação da monografia para encerramento do curso *lato sensu* poderá ser substituída por outro documento exigido para conclusão do curso, como artigo, projeto.

12.4 A Fundação de Apoio, quando houver, deverá encaminhar a prestação de contas financeira, consubstanciada no Relatório de Informações básicas sobre a aplicação dos recursos, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da execução do projeto, nos termos do art. 97, inciso II, do Decreto 47.442/2018.

12.4.1 Na ausência de Fundação de Apoio, a Instituição Executora deverá encaminhar a prestação de contas financeira nos termos do item 12.4.

13. ORIENTAÇÕES GERAIS

13.1 Esta Chamada submete-se aos dispositivos legais e regulamentares vigentes, ao [Manual da FAPEMIG](#), ao [Manual do PCRH](#), ao [Caderno de Programas e Modalidades de Fomento](#), à [Cartilha de Prestação de Contas da FAPEMIG](#) e à [Portaria PRE nº 024/2022 e suas alterações](#).

13.1.1 Ao submeter proposta à presente Chamada, o proponente se sujeita a todas as normas desta Chamada, incluindo os dispositivos previstos em seus anexos.

13.2 A Proponente, o Beneficiário e, se houver, a Fundação de Apoio deverão observar as diretrizes específicas dos

normativos descritos no item 13.1, desde a submissão da proposta até a prestação de contas final.

13.3 O Manual da FAPEMIG, incluindo os formulários, as tabelas de diárias e de valor das mensalidades de bolsas, o Caderno de Programas e Modalidades de Fomento e a Cartilha de Prestação de Contas, encontram-se disponíveis na página da FAPEMIG, no endereço www.fapemig.br.

13.4 A proposta e toda a documentação submetida à FAPEMIG deve ser redigida em português e todos os valores deverão ser expressos em reais.

13.5 É vedado o pagamento, a qualquer título, para servidor da Administração Pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica.

13.6 Todos os itens necessários ao desenvolvimento dos projetos deverão estar previstos na proposta, não sendo permitida, em regra, retificação após o fim do prazo limite de submissão à FAPEMIG. A FAPEMIG poderá permitir retificação em caráter excepcional, durante o prazo de submissão, não se responsabilizando por eventual instabilidade do sistema Everest. A critério da FAPEMIG, quando houver dúvidas quanto aos documentos encaminhados no momento da submissão das propostas, poderão ser realizadas diligências e solicitações de esclarecimentos.

13.7 O *PITCH* (vídeo de curta duração) deverá ser enviado junto com o Relatório Técnico Científico e será utilizado pela FAPEMIG como material de divulgação. Para maiores detalhes sobre a elaboração do *PITCH* consultar a [página da FAPEMIG](#). Anexo ao Relatório Técnico Científico deverá ser enviado documento autorizando a divulgação do *PITCH*.

13.8 Toda correspondência emitida por qualquer das partes envolvidas, relativa aos processos gerados no âmbito desta Chamada, deverá, obrigatoriamente, mencionar o seu código de identificação.

13.9 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar esta Chamada, por irregularidade na aplicação da Lei, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no módulo de Peticionamento Eletrônico, endereçado à unidade SEI FAPEMIG/DCTI, devendo protocolar o peticionamento até 5 (cinco) dias úteis antes da data final fixada para recebimento de propostas, cabendo à FAPEMIG julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

13.9.1 Decairá o direito de impugnar os termos da Chamada após o prazo estabelecido.

13.9.2 **Aquele que, tendo aceito sem objeção os termos desta Chamada, não poderá apontar, posteriormente ao prazo definido no caput, eventuais falhas ou imperfeições, hipótese em que sua manifestação não terá efeito.**

13.10 Os profissionais prestadores de serviços técnicos, consultores *ad hoc*, membros de Câmara de Avaliação de Projetos e quaisquer outros profissionais e/ou entidades envolvidas nas ações e atividades de gestão desta Chamada, deverão obrigar-se à manutenção de sigilo sobre os conteúdos de todas as propostas recebidas, no que tange a propriedade intelectual e dados pessoais sensíveis dos candidatos, nos termos da Lei 13.709/18.

13.10.1 Ao submeter proposta à presente Chamada o proponente concorda que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados, de forma a possibilitar a efetiva execução do Chamamento Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação dos seus nomes, números de projeto, título, instituições partícipes, valor aprovado e resultado da avaliação, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – e suas alterações.

13.11 O Termo de Outorga definirá as bases em que a FAPEMIG acompanhará e supervisionará tecnicamente a evolução da execução das atividades do objeto do projeto, conforme Plano de Trabalho.

13.12 As cláusulas de sigilo e confidencialidade não serão objeto de renúncia, por qualquer das partes signatárias do Termo de Outorga, enquanto vigentes os objetivos e finalidades desta Chamada e suas cláusulas correspondentes, resguardando-se, irrestritamente, eventuais direitos de propriedade intelectual das partes ou interessados.

13.13 As partes contratadas obrigam-se a prestar contas do valor financiado nas datas e condições definidas no Termo de Outorga.

13.14 Permissões e autorizações especiais:

13.14.1 É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal necessárias para a execução do projeto.

13.14.2 Coordenadores de projetos de pesquisa relacionados à biodiversidade devem observar a legislação em vigor (Decreto n.º 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90, Lei 13.123/2015 e Decreto nº 8.772/2016) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras.

13.15 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva da FAPEMIG.

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

14.1 A ausência de quaisquer informações ou documentos necessários para o julgamento do mérito da proposta, bem como o preenchimento incorreto do Formulário Eletrônico e seus anexos, implicará na desclassificação da proposta.

14.2 Em todo material de divulgação, como releases, sites, banners, vídeos, cartilhas e qualquer outro material impresso ou digital relacionado com o objeto do projeto financiado por esta Chamada, deverá ser explicitada a logomarca ou o nome da FAPEMIG, que entrará sempre sob a chancela de “apoio”, respeitados o sigilo e a confidencialidade previstos no item 13.12 desta Chamada.

14.3 Em entrevistas, palestras e outras atividades interativas deverá ser explicitado o apoio recebido da FAPEMIG, respeitados o sigilo e a confidencialidade previstos no item 13.12 desta Chamada.

14.4 Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Central de Informações da FAPEMIG, por meio da abertura de atendimento no site da FAPEMIG através do Fale Conosco, disponível no link https://faleconosco.mg.gov.br/ligminas-bpms-frontend/publico/br/gov/prodemge/seplag/ligminasbpms/visao/processos/RegistrarAtendimentoFaleConosco.zul?processo=PROC_00093&atividade=ATIV_00388&site=Fapemig, e m até 3 (três) dias úteis anteriores ao encerramento das submissões previsto no item 2 desta Chamada.

14.4.1 Outras informações poderão ser obtidas, a qualquer momento, na página da FAPEMIG: <http://www.fapemig.br/pt/duvidas-frequentes/>.

14.4.2 É de responsabilidade do proponente entrar em contato com a FAPEMIG em até 3 (três) dias úteis anteriores ao encerramento do prazo de submissão para obter informações ou esclarecimentos. A eventual impossibilidade de contato ou ausência de resposta da FAPEMIG não será admitida como justificativa para a inobservância do prazo previsto no cronograma para submissão da proposta.

14.5 É de responsabilidade do proponente acompanhar as publicações referentes às fases de análise da presente Chamada nos seguintes meios de divulgação: página eletrônica da FAPEMIG, Imprensa Oficial de Minas Gerais e sistema Everest.

14.6 Não será concedida suplementação de recursos para fazer frente a despesas adicionais, ficando entendido que qualquer acréscimo de gastos será de responsabilidade do proponente.

14.7 Em caso de propostas idênticas, todas serão desclassificadas.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva da FAPEMIG, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

15.2 As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados da FAPEMIG serão de domínio público, salvo as exceções legais.

15.3 O compromisso da FAPEMIG se restringe aos recursos financeiros indicados na presente Chamada. Os projetos aprovados, mas não classificados dentro do limite de recursos disponíveis, mesmo tendo mérito reconhecido, serão arquivados e não mais considerados para futuras contratações, salvo na hipótese de obtenção de recursos adicionais aportados diretamente à FAPEMIG para financiamento desta Chamada.

15.4 A presente Chamada tem validade de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada, revogada ou anulada a qualquer tempo, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FAPEMIG nos termos da legislação de regência, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Prof. Dr. Marcelo Gomes Speziali
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Prof. Dr. Carlos Alberto Arruda de Oliveira
Presidente

Chamada FAPEMIG 04/2024

(Recomendação da Autoridade Competente da instituição, contendo a importância do auxílio para a estratégia de desenvolvimento institucional, seu alinhamento com o Planejamento estratégico e resultados previstos)

“Declaro que o(a) servidor(a) <Nome completo do servidor>, MASP <no. do MASP> lotado no(a) <Nome da instituição credenciada no PCRH> está autorizado(a) a realizar o curso de <tipo de curso> em <nome do curso ou programa> na <nome da instituição de ensino superior>.

Esse curso tem importância estratégica para o desenvolvimento institucional pela(s) seguinte(s) razão(ões):

<Descrever>

Declaro ainda que será dado o apoio institucional necessário para sua conclusão com sucesso.”

<Local>, _de_de <ano>.

<Carimbo e assinatura da Autoridade Competente da instituição ou Assinatura Eletrônica>

ANEXO II: DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE BOLSA E DE DEDICAÇÃO

Chamada FAPEMIG 04/2024

Declaração de Não Acúmulo de Bolsa e de Dedicção

“Declaro, para os devidos fins, que não recebo bolsa de qualquer espécie, paga por agência de fomento ou por organismos nacionais ou internacionais. Declaro, ainda, que irei seguir as normas da modalidade solicitada e dedicar-me ao programa de trabalho proposto, estando ciente de que deverei ressarcir à FAPEMIG o valor investido caso não cumpra as normas estabelecidas, não permaneça em serviço na instituição pelo período equivalente, no mínimo, ao do benefício recebido; desista do curso/treinamento antes do término previsto, ou não conclua o curso”.

<Local>, _de_de <ano>.

(Assinatura manuscrita e carimbo ou Assinatura Eletrônica)

ANEXO III: DECLARAÇÃO BENEFICIÁRIO - PARA ESPECIALIZAÇÃO

Chamada FAPEMIG 04/2024

“Declaro, para os devidos fins, que irei seguir as normas da modalidade solicitada e dedicar-me à formação (nome do curso) proposta, estando ciente de que deverei ressarcir à FAPEMIG o valor investido caso não cumpra as normas estabelecidas, não permaneça em serviço na instituição pelo período equivalente, no mínimo, ao do benefício recebido ou desista do curso antes do término previsto”.

<Local>,_de_de <ano>.

(Assinatura manuscrita e carimbo ou Assinatura Eletrônica)

ANEXO IV: TERMO DE OUTORGA COM GESTORA

TERMO DE OUTORGA COM GESTORA

IDENTIFICAÇÃO

MODALIDADE: “<<MODALIDADE>>”

PROCESSO Nº: <<SIGLACAMARA>> - <<IDPROCESSO>>

PROJETO: “<<TITULO>>”

PERÍODO DA BOLSA/CURSO: <<DATAINICIO>> À <<DATATERMINO>>.

PARTÍCIPIES

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG, com sede na Avenida José Cândido da Silveira, n. 1500, bairro Horto, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o n. 21.949.888/0001-83, neste ato representada por seu Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, **MARCELO GOMES SPEZIALI**, conforme ato de nomeação do Sr. Governador publicado no Diário Oficial do Estado em 27/08/2021, inscrito no CPF nº 046.634.836-31, ou pela servidora **CYNTHIA MENDONÇA BARBOSA**, inscrita no CPF nº 062.807.716-52, ambos com delegação prevista na Portaria PRE Nº 026/2021, publicada no Diário Oficial do Estado em 25/06/2021.

OUTORGADA EXECUTORA: <<DESEN_SIGLA>> - <<DESENVOLVEDORA>> com sede na <<DESEN_ENDERECO>>, <<DESEN_BAIRRO>>, na cidade de <<DESEN_MUNICIPIO>>,<<DESEN_ESTADO>>, inscrito(a) no CNPJ sob o nº <<DESEN_CNPJ>>, neste ato representado(a) por seu(ua) <<DESEN_CARGODIR>>,<<DESEN_DIRIGENTE>>.

OUTORGADA GESTORA: <<GEST_SIGLA>> - <<GESTORA>>, com sede na <<GEST_ENDERECO>>,<<GEST_BAIRRO>> - <<GEST_MUNICIPIO>>/<<GEST_ESTADO>> inscrito(a) no CNPJ sob o nº <<GEST_CNPJ>>,<<GEST_CARGODIR>>, <<GEST_DIRIGENTE>>.

BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A): <<BOLSISTA>>, inscrito(a) no CPF: <<BOLS_CPF>>, residente e domiciliado (a) à <<BOLS_ENDERE>> - <<BOLS_MUNICI>>/<<BOLS_ESTADO>>, mantendo vínculo com a <<SOLI_INST_VINC>>.

Considerando a **CHAMADA FAPEMIG 04/2024**, cujo objetivo é “aperfeiçoar institucionalmente as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTMG, públicas estaduais, e demais órgãos e entidades da Administração Pública estadual, que tenham atividades voltadas para ciência, tecnologia e inovação, ou ensino superior, ou ainda prestação de serviços técnico-científicos, de forma a contribuir para o alcance de seus propósitos estratégicos, por meio da indução da capacitação de servidores públicos estaduais efetivos e empregados públicos concursados no Estado de Minas Gerais, de forma a possibilitar melhor qualificação para a execução de suas atividades dentro da instituição em que atuam, apoiando a formação em cursos de pós-graduação”.

Considerando que o objetivo deste Termo é viabilizar o apoio financeiro para o desenvolvimento do projeto identificado no preâmbulo deste Instrumento;

Este Termo de Outorga, doravante denominado TO, será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

A expressão “**PARTÍCIPES**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGANTE**, à **OUTORGADA EXECUTORA**, à **OUTORGADA GESTORA** e ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**.

A expressão “**OUTORGADOS**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGADA EXECUTORA**, à **OUTORGADA GESTORA** e ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TO, o apoio pela **OUTORGANTE**, por meio de financiamento do montante previsto na Cláusula Segunda, ao projeto identificado no preâmbulo deste instrumento, desenvolvido pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, observado o plano de trabalho aprovado, parte integrante e indissociável deste TO.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integrará o Plano de Trabalho (_____), as informações mínimas que nele deverão constar, nos termos do art. 78 do Decreto n. 47.442/2018, ainda que encaminhadas em documentos apartados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO APOIO E CONDIÇÕES

O valor do presente TO é fixado em R\$ <<TO_VALORTO>> (<<TO_VALOR_EXTENSO>>), destinado à cobertura de despesas, conforme especificado no Plano de Trabalho e mediante disponibilidade financeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do recurso constante desta Cláusula inclui a parcela de até 6% (seis por cento) do montante concedido para o desenvolvimento do Projeto, percentual este que será destinado em favor da **OUTORGADA GESTORA**, a título de despesas operacionais, nos termos do art. 10 da Lei n. 10.973/2004, do art. 70 do Decreto n. 47.442/2018 e da Deliberação do Conselho Curador da FAPEMIG n. 147, de 26 de novembro de 2019, conforme proposta e plano de trabalho, o que deverá ser comprovado segundo detalhamento dos custos operacionais que a **OUTORGADA GESTORA** terá com o projeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A implementação de eventual(is) bolsa(s) só poderá ser realizada após a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros pela **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os recursos serão repassados pela **OUTORGANTE** à **OUTORGADA GESTORA**, de forma integral ou em parcelas, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da **OUTORGANTE**, após publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de Curso *Lato Sensu*, os recursos serão repassados em uma única parcela, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da **OUTORGANTE**, após publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO QUINTO: A **OUTORGADA GESTORA** se encarregará de efetuar mensalmente o pagamento da bolsa ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, conforme “Período da Bolsa”, previsto no preâmbulo deste instrumento. Ou, se for o caso, a **OUTORGADA GESTORA** se encarregará de efetuar integralmente o pagamento do curso *Lato Sensu* à Instituição de Ensino, conforme “Período do Curso”, previsto no preâmbulo deste instrumento.

PARÁGRAFO SEXTO: A **OUTORGADA GESTORA** deverá manter e movimentar os recursos em conta bancária específica para o TO, aberta em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A **OUTORGADA GESTORA** deverá manter a regularidade no Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais- CAGEC-MG, no SIAFI-MG, CAFIMP, CADIN-MG e Sistema EVEREST, assim como as condições de regularidade exigidas para a celebração deste Termo, para recebimento do desembolso financeiro.

PARÁGRAFO OITAVO: As despesas previstas neste TO, à conta da **OUTORGANTE**, correrão pela(s) dotação(ões) orçamentária(s) <<TO_DOTACOES>>, para o presente exercício ou por outra(s) que a(s) suceder (em).

PARÁGRAFO NONO: Os recursos financeiros previstos neste TO limitam-se ao valor constante na presente Cláusula, não se responsabilizando a **OUTORGANTE** pelo aporte de quaisquer outros recursos em decorrência de modificação do projeto original ou por fatos supervenientes que necessitem de suplementação a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Após a liberação dos recursos, os saldos financeiros, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados pela **OUTORGADA GESTORA** em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, na forma descrita na Lei nº 14.133/21 e no §1º do art. 87 do Decreto n. 47.442/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores oriundos da **OUTORGANTE** serão repassados à **OUTORGADA GESTORA**, por meio de depósito bancário em conta específica e individualizada para a execução do presente TO, aberta em instituição bancária oficial, após descentralização para outorgada executora.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão, rescisão ou extinção do presente TO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **OUTORGANTE**, por meio de **Documento de Arrecadação Estadual - DAE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os prazos de vigência do presente TO, no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pela **OUTORGANTE**, serão prorrogados de ofício pela **OUTORGANTE**, limitado ao período verificado ou previsto para liberação, com a devida readequação da duração das etapas de execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente TO vigorará a partir da data de sua publicação até o prazo de 60 dias após o término do “Período da(o) Bolsa/Curso”, previsto no preâmbulo deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aceitas prorrogações do prazo do “Período da Bolsa” apenas em casos de licenças autorizadas pela FAPEMIG (licença maternidade e tratamento de saúde prolongado), conforme disposto na Chamada FAPEMIG nº 04/2024. Nos termos da Lei Federal n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017, no caso de licença maternidade, o período de prorrogação poderá ser, excepcionalmente, por até 120 (cento e vinte) dias, sendo que este pedido de licença deverá ser formalizado previamente à **OUTORGANTE**, anteriormente ao início do período de licença maternidade junto à **OUTORGADA EXECUTORA**, com a devida readequação do plano de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O beneficiário de bolsa de doutorado poderá pleitear sua suspensão para a realização de estágio no exterior ou de doutorado sanduíche vinculado ao tema da tese.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os pedidos de suspensão da bolsa de doutorado deverão ser encaminhados formalmente à FAPEMIG, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e a suspensão ocorrerá após a autorização da **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da exigência contida no Parágrafo Terceiro poderá implicar no cancelamento do auxílio e na devolução dos recursos.

PARÁGRAFO QUINTO: O mesmo procedimento contido no Parágrafo Terceiro deverá ser observado para a solicitação de reintegração ou cancelamento da suspensão.

PARÁGRAFO SEXTO: O período máximo para recebimento de bolsa é de 24 (vinte e quatro) meses para mestrado e 48 (quarenta e oito) meses para doutorado, salvo casos expressamente autorizados pela **OUTORGANTE**. Para curso *Lato Sensu* (Especialização) o auxílio é concedido no caso de curso com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e os cursos organizados em módulos poderão ser realizados, no máximo, em 24 (vinte e quatro) meses.

PARÁGRADO SÉTIMO: O “Período da Bolsa” será antecipado caso o bolsista defenda a dissertação/tese antes do previsto.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

São obrigações dos **PARTICÍPES** o cumprimento de todas as Cláusulas presentes neste TO, bem como o seguinte:

I. DOS PARTICÍPES:

- Aceitar os termos e condições do presente TO assinando-o eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com senha individual e intransferível, da qual se responsabiliza pelo sigilo;
- Ter conduta ética e íntegra, respeitada a Lei anticorrupção n.º 12.846, de 2013;

c) Submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle competentes e garantindo acesso aos processos, documentos e às informações relacionadas a este Termo;

d) Observar os procedimentos e regras dispostos no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH, na Cartilha de Prestação de Contas, bem como na legislação aplicável ao presente Instrumento.

II. DOS OUTORGADOS:

a) Arcar, o **OUTORGADO** responsável, por quaisquer ônus advindos das relações diretas ou indiretas com terceiros estranhos ao presente TO, bem como acerca da relação com os bolsistas vinculados a instituição, que não implicará em constituição da relação laborativa, empregatícia ou de qualquer natureza;

b) Responsabilizar-se pela adequada utilização dos recursos concedidos pela **OUTORGANTE**, de acordo com sua finalidade e em estrita observância das cláusulas deste TO, do Manual da FAPEMIG, do Manual do PCRH e demais normas da **OUTORGANTE**, não os destinando, em hipótese alguma, a fins diversos, ainda que parcialmente;

c) Explicitar o número do processo correspondente em toda correspondência enviada à **OUTORGANTE** referente ao presente TO, via correio regular ou comunicação eletrônica;

d) Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução do presente TO, pelo prazo de 10 (dez) anos contados do dia útil subsequente ao término do prazo para apresentação da prestação de contas, exibindo-os à **OUTORGANTE** e aos órgãos de controle, quando solicitado;

e) Informar à **OUTORGANTE** todo e qualquer tipo de propriedade intelectual depositado, concedido e/ou registrado, em conformidade com a Cláusula Oitava deste TO;

f) Manter, durante toda a execução deste apoio, as condições de regularidade exigidas para sua celebração, nos termos da legislação estadual e regulamentos aplicáveis.

III. DA OUTORGANTE:

a) Realizar o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do projeto, por meio da análise dos relatórios de monitoramento de metas, nos moldes do modelo padrão disponibilizados pela **OUTORGANTE**, apresentados pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** ou pela **OUTORGADA EXECUTORA**, conforme plano de trabalho;

b) Realizar a análise da prestação de contas financeira, apresentada pela **OUTORGADA GESTORA**, conforme a legislação aplicável, as diretrizes estabelecidas pelo Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH e a Cartilha de Prestação de Contas.

IV. DA OUTORGADA GESTORA:

a) Manter-se constituída na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil brasileiro e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

b) Adotar regulamento específico de aquisições e contratações de bens e serviços, nos termos do art. 84 do Decreto Estadual 47.442/2018, observados os demais dispositivos legais aplicáveis;

c) Manter os recursos repassados em conta bancária, específica e atualizada, aberta exclusivamente para execução das ações deste Termo;

d) Utilizar os recursos exclusivamente para o cumprimento da finalidade prevista no Plano de Trabalho do Projeto;

e) Observar as vedações contidas nos incisos VII e VIII, do art. 6º da Lei n. 22.929/2018;

f) Observar a publicidade de seus atos, conforme estabelecido no art. 8º da Lei nº 22.929, de 2018, salvo no que diz respeito às informações classificadas como sigilosas e de segredo industrial;

g) Manter-se cadastrada junto à **OUTORGANTE** ou ao **CAGEC-MG** durante o prazo de vigência deste TO;

h) Apresentar para a **OUTORGANTE**, na prestação de contas financeira, observada a Cláusula Décima Primeira do presente TO, a planilha com os custos operacionais que a **OUTORGADA GESTORA** efetivamente executou no projeto, a fim de comprovar percentual que foi destinado a título de despesas operacionais, observado o limite máximo estabelecido na Cláusula Segunda, com devolução da diferença não executada;

i) Encerrar o pagamento das bolsas ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** no caso de conclusão do curso e obtenção do título.

V. DA OUTORGADA EXECUTORA:

a) Supervisionar os trabalhos e estudos desenvolvidos pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**;

b) Envidar os melhores esforços para o fiel cumprimento das obrigações dispostas no presente TO, sendo subsidiariamente responsável pelas obrigações assumidas pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**;

c) Responsabilizar-se solidariamente pelas obrigações assumidas pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, em caso de negligência na fiscalização e no acompanhamento da execução das atividades;

d) Liberar o(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** para frequentar as disciplinas exigidas no curso, respeitando as regras do Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021;

- e) Informar à **OUTORGANTE** sobre o impacto técnico e econômico dos resultados da pesquisa;
- f) Informar, imediatamente e por escrito, à **OUTORGANTE** e à **OUTORGADA GESTORA**, sobre a ocorrência de fato excepcional de qualquer natureza, que venha a alterar ou comprometer a execução deste TO, inclusive o desligamento do(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** dos seus quadros ou do curso de que trata o presente apoio, sob pena de ter que devolver à **OUTORGANTE** os valores pagos indevidamente ao(à) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, devidamente corrigidos;
- g) Responsabilizar-se solidariamente pela demonstração dos resultados obtidos por meio da elaboração e apresentação de Relatório Técnico-Científico, disponibilizado no Sistema Eletrônico, bem como por meio de outros documentos solicitados pela **OUTORGANTE**;
- h) Enviar no momento da prestação de contas técnico-científico, no caso de projeto desenvolvido sob sigilo, o Termo de Sigilo e de Confidencialidade assinado por todas as partes envolvidas na execução do projeto.

VI. DO(A) BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A):

- a) Apresentar documento de conclusão do curso e obtenção do título, à **OUTORGANTE** e à **OUTORGADA EXECUTORA**, tão logo este seja liberado pela instituição ministrante do curso sob pena de ter que devolver à **OUTORGANTE** os valores das bolsas, com correção monetária e juros;
- b) Comunicar à **OUTORGANTE** e à **OUTORGADA EXECUTORA**, com a devida antecedência, o seu desligamento do curso ou qualquer outro motivo impeditivo da continuidade da bolsa. A **OUTORGANTE** avaliará a necessidade de devolução dos recursos (parcial ou integral) devidamente atualizados;
- c) Apresentar à **OUTORGANTE** relatório técnico final dos resultados obtidos em até sessenta dias após o encerramento efetivo da(o) bolsa/curso (seja pelo fim do “Período da Bolsa/Curso”, pelo desligamento do curso, pela rescisão do TO, pela não conclusão das atividades previstas no Plano de Trabalho ou qualquer outro motivo que cause o fim da(o) bolsa/benefício), sob pena de ter que devolver integralmente o valor recebido, com as devidas correções, no caso de descumprimento;
- d) Cumprir as normas deste TO, do Manual da FAPEMIG, do Manual do PCRH, bem como as relacionadas na Cláusula Décima Quarta;
- e) Não acumular qualquer tipo de bolsa durante o “Período da Bolsa de Mestrado ou Doutorado”, sob pena de ter que devolver integralmente o valor recebido, com as devidas correções e juros legais;
- f) Enviar no momento da prestação de contas técnico-científico, no caso de projeto desenvolvido sob sigilo, o Termo de Sigilo e de Confidencialidade assinado por todas as partes envolvidas na execução do projeto;
- g) Fazer expressa referência à **OUTORGANTE**, além de fornecer 1 (um) exemplar da obra publicada, sempre que, em virtude do apoio deferido, for produzido livro, revista ou qualquer outro trabalho técnico ou científico;
- h) Divulgar o presente apoio da **OUTORGANTE** nas palestras, seminários e cursos, ou na promoção do produto resultado do evento através de publicações científicas, artigos em jornais e/ou revistas, *folders*, *banners*, cartazes, quadros, folheto, dentre outros, sob pena de inadimplência das obrigações ora pactuadas, observada em ano eleitoral a Lei Federal 9.504/97.

CLAUSULA SEXTA - DAS METAS

Os **OUTORGADOS** atestam que o Plano de Trabalho ou documento equivalente disponível na plataforma Everest, que integra o presente TO independente de transcrição, contém a especificação das metas a serem atingidas, com indicadores que permitem avaliar o seu cumprimento ao longo do tempo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **OUTORGANTE** reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, monitorar a execução das metas e atividades, conforme definido no Plano de Trabalho e, após a conclusão dos trabalhos, verificar o cumprimento das condições fixadas no TO.

CLAUSULA SÉTIMA - DO SIGILO E DE CONFIDENCIALIDADE

Como forma de garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual porventura decorrentes das atividades realizadas em decorrência da bolsa/curso financiada(o) pelo presente TO, obrigam-se os **PARTÍCIPES** a manter sigilo e confidencialidade das informações pertinentes à pesquisa, de forma a assegurar o atendimento ao requisito “novidade” exigido pela legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A obrigação de sigilo e de confidencialidade prevista na presente cláusula perdurará até que os direitos dos envolvidos tenham sido devidamente protegidos e cessará na hipótese do presente TO não originar direitos relativos à propriedade intelectual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cláusula de sigilo e de confidencialidade não será objeto de renúncia por qualquer dos **PARTÍCIPES**, enquanto vigentes os objetivos e finalidade deste TO e suas cláusulas correspondentes, resguardando-se irrestritamente eventuais direitos de propriedade intelectual.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos relativos à propriedade intelectual, resultantes de atividades realizadas em decorrência da bolsa/curso financiada(o) pelo presente TO, serão objeto de proteção, em conformidade com a legislação vigente, e terão como cotitulares as instituições envolvidas no desenvolvimento de cada tecnologia, respeitados os direitos do autor, inventor ou melhorista e as proporções dos recursos alocados pelas instituições envolvidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual e os contratos de licença de exploração deverão ser ajustados de comum acordo entre os cotitulares do direito, nos contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Qualquer cotitular do direito e/ou qualquer membro de sua equipe, somente poderá explorar diretamente os resultados advindos do objeto deste TO, mediante comum acordo entre os demais cotitulares, expresso em termo escrito e assinado por todos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os direitos sobre a propriedade intelectual de que trata esta Cláusula serão regulados também pela legislação de propriedade intelectual vigente, especialmente a Lei n. 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei n. 9.456/97 (Lei de Cultivares), Lei n. 9.609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), Decreto Federal n. 2.553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação aos inventores de instituições públicas), Lei n. 10.973/04 (Lei de Inovação), Decreto 9.283/18 (Regulamenta a Lei n. 10.973/04), Lei Estadual n. 17.348/08 (Lei Mineira de Inovação), Decreto Estadual n. 47.442/18, bem como a Deliberação n. 72/13 da FAPEMIG, e demais legislações aplicáveis à propriedade intelectual.

CLÁUSULA NONA- DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Os ganhos econômicos auferidos em eventual exploração comercial de pesquisas e inovações resultantes do presente TO, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados entre os cotitulares do direito, na proporção equivalente ao montante do valor agregado, investido na pesquisa, inovações e proteção à propriedade intelectual, cujos percentuais serão definidos nos respectivos Contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO ÚNICO: É assegurada ao pesquisador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido autor, inventor ou melhorista, nos termos da Lei Federal n. 10.973/04 (Lei de Inovação), da Lei Estadual n. 17.348/08 (Lei Mineira de Inovação) e da Deliberação n. 72/13 da FAPEMIG.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICO-CIENTÍFICA

O **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** obriga-se a realizar a prestação de contas técnico-científica do processo, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o seu prazo de execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG e as demais normas da **OUTORGANTE**, bem como na legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas técnico-científica será realizada por meio de relatório contendo os resultados obtidos, em formulário eletrônico disponível no sistema Everest, ou outro(s) documento(s) que vier(em) a substituí-lo, além do envio de cópia das publicações e dos produtos gerados no processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** também deverá enviar um PITCH (vídeo de curta duração de aproximadamente 3 min.), contendo uma síntese do(s) resultado(s) mais significativo(s) do projeto desenvolvido, menção ao apoio da FAPEMIG, quando da apresentação do relatório técnico final, e que será utilizado como material de divulgação, devendo também ser enviado documento autorizando a divulgação do PITCH.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese da reprovação parcial ou integral da prestação de contas técnico-científica, o **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** deverá efetuar a devolução dos recursos recebidos, integral ou proporcionalmente, conforme o caso, sem prejuízo da correção monetária devida.

PARÁGRAFO QUARTO: A **OUTORGADA EXECUTORA** acompanhará a execução e a apresentação da prestação de contas técnico-científica pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, inclusive responsabilizando-se pela cobrança e pela aplicação de sanções no caso de inadimplência, sendo obrigada solidariamente à devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas científica, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA PARCIAL E FINAL

A **OUTORGADA GESTORA** obriga-se a realizar a prestação de contas financeira do projeto, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o prazo de sua execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH, a Cartilha de Prestação de Contas Financeira, as demais normas da **OUTORGANTE**, bem como a legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de reprovação integral ou parcial da prestação de contas financeira, a **OUTORGADA GESTORA** deverá efetuar a devolução proporcional dos recursos recebidos, devidamente corrigidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **OUTORGADA EXECUTORA** e o **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** poderão ser responsabilizados solidariamente pela devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas financeira, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na prestação de contas final, o saldo apurado na conta vinculada, inclusive com os rendimentos de aplicação financeira, deverá ser devolvido à **OUTORGANTE**, por meio de DAE – Documento de Arrecadação Estadual disponível em <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>, (Receita de órgãos estaduais) devidamente identificado com o número do processo, no campo de informações do DAE.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso da prestação de contas financeira parcial, a **OUTORGADA GESTORA** deverá observar o previsto na Portaria FAPEMIG PRE n. 24/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INADIMPLÊNCIA

A violação de quaisquer das cláusulas do presente TO importará em imediata suspensão da(o) bolsa/curso concedida(o) e, eventual rescisão deste TO, além da devolução dos recursos recebidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente TO poderá ser rescindido no caso de inadimplência de quaisquer de suas cláusulas; por desempenho insatisfatório do(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** e não conclusão das atividades previstas no Plano de Trabalho ou documento equivalente disponível na plataforma Everest; podendo ainda a **OUTORGANTE** cancelar ou suspender, a seu exclusivo critério, e a qualquer tempo, os benefícios definidos, sem que disso resulte direito algum a reclamação ou indenização por qualquer das partes, com relação à **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, poderá o **PARTÍCIPE** prejudicado dar por findo o presente TO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o **PARTÍCIPE** inadimplente pelos prejuízos ocasionados, salvo hipótese de caso fortuito ou de força maior, devidamente demonstrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente TO poderá ser denunciado a qualquer tempo, por quaisquer dos partícipes, que permanecerão obrigados aos compromissos assumidos até a efetivação do ato, mediante notificação com antecedência mínima de trinta dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, observada eventual obrigação de devolução dos recursos já recebidos pelo bolsista, conforme regras do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As normas de concessão, execução, pagamento, acompanhamento e prestação de contas do presente TO são as previstas nas Leis Federais n. 13.243/2016, n. 10.973/2004 e, no que couber, na Lei nº 14.133/21, Lei Estadual n. 22.929/2018, Decreto Estadual n. 47.442/2018 e demais legislações aplicáveis ao presente instrumento, além do regramento constante no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH e demais normas internas da **OUTORGANTE**, que poderão ser alteradas a critério desta, bem como as prescritas na Chamada Pública identificada neste Termo, aplicando-se também os princípios que regem a atuação da administração pública, em especial os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aplicam-se também ao presente TO, de forma subsidiária, o Decreto Federal n. 8.241/2014 e o Decreto Estadual n. 46.319/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Outorga de Bolsa/Curso não cria e não envolve relação empregatícia de qualquer espécie entre o(a)

BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A) e a OUTORGANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Os **OUTORGADOS** declaram que aceitam e aderem, sem restrições, ao presente TO, como está deferido e se responsabilizam pelo seu fiel cumprimento, em todos os seus termos, cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PRAZO PARA ASSINATURA

Os **PARTÍCIPIES** terão prazo máximo de 10 (dez) dias para realizar a assinatura eletrônica do presente TO, a contar da sua disponibilização via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob pena de cancelamento do apoio nele previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste TO será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais por conta e ônus da **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A **OUTORGADA GESTORA** e a **OUTORGADA EXECUTORA** deverão indicar, expressamente, um responsável para controlar e fiscalizar a execução do presente instrumento, nos termos da Lei Estadual 22.929/2018, podendo a indicação ser feita no Plano de Trabalho ou em documento apartado (_____), o qual passará a fazer parte integrante e indissociável do presente TO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **OUTORGANTE** indica como responsável pela gestão do presente TO o chefe do Departamento de Programas de Bolsas e Eventos Técnicos Jurcimar Ferreira Martins e pela fiscalização a chefia do Departamento de Monitoramento e Avaliação de Resultados Rafael Siqueira Falce Neto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES

As Cláusulas do presente Termo de Outorga poderão ser alteradas de comum acordo pelos **PARTÍCIPIES** por meio de **TERMO ADITIVO**, nos termos do inciso XIII, do art. 79 do Decreto 47.442/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aceitas solicitações de alteração de processo apresentadas apenas até sessenta dias antes da data do encerramento do período de execução do TO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Excepcionalmente, a critério da **OUTORGANTE**, será admitido o recebimento de proposta de alteração por parte dos **OUTORGADOS** em prazo inferior ao estipulado no parágrafo anterior, desde que dentro da vigência do TO, mediante a apresentação de justificativa do atraso na solicitação da proposta de aditamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para remanejamento de recursos e solicitação de alteração do TO deverá ser observado e atendido o disposto na Portaria FAPEMIG PRE n. 24/2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente TO, fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte ou, em sendo qualquer dos **OUTORGADOS** entidade pública federal, fica eleita a Justiça Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais - Belo Horizonte.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais controvérsias que envolvam apenas a **OUTORGANTE** e entidade pública estadual serão dirimidas administrativamente pelas partes ou, na impossibilidade, através da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos junto à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, conforme Lei Estadual 23.172/2018.

Belo Horizonte, <<TO_DATAEMISSAO>>.

OUTORGANTE

REPRESENTANTE LEGAL

OUTORGADA EXECUTORA
<<DESEN_DIRIGENTE>>

OUTORGADA GESTORA
<<GEST_DIRIGENTE>>

BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)
<<BOLSISTA>>

ANEXO V: TERMO DE OUTORGA SEM GESTORA

TERMO DE OUTORGA SEM GESTORA

IDENTIFICAÇÃO

MODALIDADE: “<<MODALIDADE>>”

PROCESSO Nº: <<SIGLACAMARA>> - <<IDPROCESSO>>

PROJETO: “<<TITULO>>”

PERÍODO DA BOLSA/CURSO: <<DATAINICIO>> À <<DATATERMINO>>.

PARTÍCIPES

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG, com sede na Avenida José Cândido da Silveira, n. 1500, bairro Horto, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o n. 21.949.888/0001-83, neste ato representada por seu Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, **MARCELO GOMES SPEZIALI**, conforme ato de nomeação do Sr. Governador publicado no Diário Oficial do Estado em 27/08/2021, inscrito no CPF nº 046.634.836-31, ou pela servidora **CYNTHIA MENDONÇA BARBOSA**, inscrita no CPF nº 062.807.716-52, ambos com delegação prevista na Portaria PRE Nº 026/2021, publicada no “Minas Gerais” de 25/06/2021.

OUTORGADA EXECUTORA: <<DESEN_SIGLA>> - <<DESENVOLVEDORA>> com sede na <<DESEN_ENDERECO>>, <<DESEN_BAIRRO>>, na cidade de <<DESEN_MUNICIPIO>>,<<DESEN_ESTADO>>, inscrito(a) no CNPJ sob o nº <<DESEN_CNPJ>>, neste ato representado(a) por seu(ua) <<DESEN_CARGODIR>>, <<DESEN_DIRIGENTE>>.

BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A): <<BOLSISTA>>, inscrito(a) no CPF: <<BOLS_CPF>>, residente e domiciliado (a) à <<BOLS_ENDERE>> - <<BOLS_MUNICI>>/<<BOLS_ESTADO>>, mantendo vínculo com a <<SOLI_INST_VINC>>.

Considerando a **CHAMADA FAPEMIG 04/2024**, cujo objetivo é “aperfeiçoar institucionalmente as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTMG, públicas estaduais, e demais órgãos e entidades da Administração Pública estadual, que tenham atividades voltadas para ciência, tecnologia e inovação, ou ensino superior, ou ainda prestação de serviços técnico-científicos, de forma a contribuir para o alcance de seus propósitos estratégicos, por meio da indução da capacitação de servidores públicos estaduais efetivos e empregados públicos concursados no Estado de Minas Gerais, de forma a possibilitar melhor qualificação para a execução de suas atividades dentro da instituição em que atuam, apoiando a formação em cursos de pós-graduação”.

Considerando que o objetivo deste Termo é viabilizar o apoio financeiro para o desenvolvimento do projeto identificado no preâmbulo deste Instrumento;

Este Termo de Outorga, doravante denominado TO, será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

A expressão “**PARTÍCIPES**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGANTE**, à **OUTORGADA EXECUTORA**, e ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**.

A expressão “**OUTORGADOS**” será utilizada para referir-se, conjuntamente, à **OUTORGADA EXECUTORA** e ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TO, o apoio pela **OUTORGANTE**, por meio de financiamento do montante previsto na Cláusula Segunda, ao projeto identificado no preâmbulo deste instrumento, desenvolvido pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, observado o plano de trabalho aprovado, parte integrante e indissociável deste TO.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integrará o Plano de Trabalho (_____), as informações mínimas que nele deverão constar, nos termos do art. 78 do Decreto n. 47.442/2018, ainda que encaminhadas em documentos apartados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO APOIO E CONDIÇÕES

O valor do presente TO é fixado em **R\$ <<TO_VALORTO>>** (<<TO_VALOR_EXTENSO>>), destinado à cobertura de despesas, conforme especificado no Plano de Trabalho e mediante disponibilidade financeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A implementação de eventual(is) bolsa(s) só poderá ser realizada após a descentralização da primeira parcela dos recursos financeiros pela **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos serão descentralizados pela **OUTORGANTE** à **OUTORGADA EXECUTORA**, de forma integral ou em parcelas, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da **OUTORGANTE**, após publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e conforme procedimentos previstos no [Decreto Estadual n. 46.304, de 28 de agosto de 2013](#).

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de Curso Lato Sensu, os recursos serão descentralizados em uma única parcela, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da **OUTORGANTE**, após publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

PARÁGRAFO QUARTO: A **OUTORGADA EXECUTORA** se encarregará de efetuar mensalmente o pagamento da bolsa ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, conforme “Período da Bolsa”, previsto no preâmbulo deste instrumento. Ou, se for o caso, a **OUTORGADA EXECUTORA** se encarregará de efetuar integralmente o pagamento do curso *Lato Sensu* à Instituição de Ensino, conforme “Período do Curso”, previsto no preâmbulo deste instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO: A **OUTORGADA EXECUTORA** deverá manter a regularidade no SIAFI-MG, CAFIMP, CADIN-MG e Sistema Everest, assim como as condições de regularidade exigidas para a celebração deste Termo.

PARÁGRAFO SEXTO: As despesas previstas neste TO, à conta da **OUTORGANTE**, correrão pela(s) dotação(ões) orçamentária(s) <<TO_DOTACOES>>, para o presente exercício ou por outra(s) que a(s) suceder (em).

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os recursos financeiros previstos neste TO limitam-se ao valor constante na presente Cláusula, não se responsabilizando a **OUTORGANTE** pela descentralização de quaisquer outros recursos em decorrência de modificação do projeto original ou por fatos supervenientes que necessitem de suplementação a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente TO vigorará a partir da data de sua publicação até o prazo de 60 dias após o término do “Período da(o) Bolsa/Curso”, previsto no preâmbulo deste instrumento. O prazo de vigência do presente TO, no caso de atraso na descentralização dos recursos ocasionado pela **OUTORGANTE**, será prorrogado de ofício pela **OUTORGANTE**, limitado ao período verificado ou previsto para a descentralização, com a devida readequação da duração as etapas de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aceitas prorrogações do prazo do “Período da Bolsa” apenas em casos de licenças autorizadas pela FAPEMIG (licença maternidade e tratamento de saúde prolongado). Nos termos da Lei Federal n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017, no caso de licença maternidade, o período de prorrogação poderá ser, excepcionalmente, por até 120 (cento e vinte) dias, sendo que este pedido de licença deverá ser formalizado previamente à **OUTORGANTE**, anteriormente ao início do período de licença maternidade junto à **OUTORGADA EXECUTORA**, com a devida readequação do plano de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O beneficiário de bolsa de doutorado poderá pleitear sua suspensão para a realização de estágio no exterior ou de doutorado sanduíche vinculado ao tema da tese.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os pedidos de suspensão da bolsa de doutorado deverão ser encaminhados formalmente à FAPEMIG, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e a suspensão ocorrerá após a autorização da **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da exigência contida no Parágrafo Terceiro poderá implicar no cancelamento do auxílio e na devolução dos recursos.

PARÁGRAFO QUINTO: O mesmo procedimento contido no Parágrafo Terceiro deverá ser observado para a solicitação de reintegração ou cancelamento da suspensão.

PARÁGRAFO SEXTO: O período máximo para recebimento de bolsa é de 24 (vinte e quatro) meses para mestrado e 48 (quarenta e oito) meses para doutorado, salvo casos expressamente autorizados pela **OUTORGANTE**. Para curso *Lato Sensu* (Especialização) o auxílio é concedido no caso de curso com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e os cursos organizados em módulos poderão ser realizados, no máximo, em 24 (vinte e quatro) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O "Período da Bolsa" será antecipado caso o bolsista defenda a dissertação/tese antes do previsto.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

São obrigações dos **PARTICÍPES** o cumprimento de todas as Cláusulas presentes neste TO, bem como o seguinte:

I. DOS PARTICÍPES:

- a) Aceitar os termos e condições do presente TO assinando-o eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com senha individual e intransferível, da qual se responsabiliza pelo sigilo;
- b) Ter conduta ética e íntegra, respeitada a Lei anticorrupção n.º 12.846, de 2013;
- c) Submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle competentes e garantindo acesso aos processos, documentos e às informações relacionadas a este Termo;
- d) Observar os procedimentos e regras dispostos no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH, na Cartilha de Prestação de Contas, bem como na legislação aplicável ao presente Instrumento.

II. DOS OUTORGADOS:

- a) Arcar, o **OUTORGADO** responsável, por quaisquer ônus advindos das relações diretas ou indiretas com terceiros estranhos ao presente TO, bem como acerca da relação com os bolsistas vinculados a instituição, que não implicará em constituição da relação laborativa, empregatícia ou de qualquer natureza;
- b) Responsabilizar-se pela adequada utilização dos recursos concedidos pela **OUTORGANTE**, de acordo com sua finalidade e em estrita observância das cláusulas deste TO, do Manual da FAPEMIG, do Manual do PCRH e demais normas da **OUTORGANTE**, não os destinando, em hipótese alguma, a fins diversos, ainda que parcialmente;
- c) Explicitar o número do processo correspondente em toda correspondência enviada à **OUTORGANTE** referente ao presente TO, via correio regular ou comunicação eletrônica;
- d) Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução do presente TO, pelo prazo de 10 (dez) anos contados do dia útil subsequente ao término do prazo para apresentação da prestação de contas, exibindo-os à **OUTORGANTE** e aos órgãos de controle, quando solicitado;
- e) Informar à **OUTORGANTE** todo e qualquer tipo de propriedade intelectual depositado, concedido e/ou registrado, em conformidade com a Cláusula Sétima deste TO;
- f) Manter, durante toda a execução deste apoio, as condições de regularidade exigidas para sua celebração, nos termos da legislação estadual e regulamentos aplicáveis.

III. DA OUTORGANTE:

- a) Realizar o monitoramento e a avaliação do desenvolvimento do projeto, por meio da análise dos relatórios de monitoramento de metas, nos moldes do modelo padrão disponibilizados pela **OUTORGANTE**, apresentados pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** ou pela **OUTORGADA EXECUTORA**, conforme plano de trabalho;
- b) Realizar a análise da prestação de contas financeira, apresentada pela **OUTORGADA EXECUTORA**, conforme a legislação aplicável, as diretrizes estabelecidas pelo Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH e a Cartilha de Prestação de Contas.

IV. DA OUTORGADA EXECUTORA:

- a) Adotar regulamento específico de aquisições e contratações de bens e serviços, nos termos do art. 84 do Decreto Estadual 47.442/2018, observados os demais dispositivos legais aplicáveis;
- b) Efetuar o registro do empenho, liquidação e pagamento do presente TO;
- c) Solicitar a descentralização de recursos financeiros para pagamento das parcelas.
- d) Utilizar os recursos exclusivamente para o cumprimento da finalidade prevista no Plano de Trabalho do Projeto;

- e) Manter-se cadastrada junto à **OUTORGANTE** durante o prazo de vigência deste TO;
- f) Supervisionar os trabalhos e estudos desenvolvidos pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**;
- g) Envidar os melhores esforços para o fiel cumprimento das obrigações dispostas no presente TO, sendo subsidiariamente responsável pelas obrigações assumidas pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**;
- h) Responsabilizar-se solidariamente pelas obrigações assumidas pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, em caso de negligência na fiscalização e no acompanhamento da execução das atividades;
- i) Liberar o(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** para frequentar as disciplinas exigidas no curso, respeitando as regras do Decreto n. 48.176, de 15 de abril de 2021;
- j) Informar à **OUTORGANTE** sobre o impacto técnico e econômico dos resultados da pesquisa;
- k) Informar, imediatamente e por escrito, à **OUTORGANTE**, sobre a ocorrência de fato excepcional de qualquer natureza, que venha a alterar ou comprometer a execução deste TO, inclusive o desligamento do(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** dos seus quadros ou do curso de que trata o presente apoio, sob pena de ter que devolver à **OUTORGANTE** os valores pagos indevidamente ao(à) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, devidamente corrigidos;
- l) Responsabilizar-se solidariamente pela demonstração dos resultados obtidos por meio da elaboração e apresentação de Relatório Técnico-Científico, disponibilizado no Sistema Eletrônico, bem como por meio de outros documentos solicitados pela **OUTORGANTE**;
- m) Enviar no momento da prestação de contas técnico-científico, no caso de projeto desenvolvido sob sigilo, o Termo de Sigilo e de Confidencialidade assinado por todas as partes envolvidas na execução do projeto;
- n) Encerrar o pagamento das bolsas ao **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** no caso de conclusão do curso e obtenção do título.

V. DO(A) BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A):

- a) Apresentar documento de conclusão do curso e obtenção do título, à **OUTORGANTE** e à **OUTORGADA EXECUTORA**, tão logo este seja liberado pela instituição ministrante do curso sob pena de ter que devolver à **OUTORGANTE** os valores das bolsas, com correção monetária e juros;
- b) Comunicar à **OUTORGANTE** e à **OUTORGADA EXECUTORA**, com a devida antecedência, o seu desligamento do curso ou qualquer outro motivo impeditivo da continuidade da bolsa. A **OUTORGANTE** avaliará a necessidade de devolução dos recursos (parcial ou integral) devidamente atualizados;
- c) Apresentar à **OUTORGANTE** relatório técnico final dos resultados obtidos em até sessenta dias após o encerramento efetivo da(o) bolsa/curso (seja pelo fim do “Período da Bolsa/Curso”, pelo desligamento do curso, pela rescisão do TO, pela não conclusão das atividades previstas no Plano de Trabalho ou qualquer outro motivo que cause o fim da(o) bolsa/benefício), sob pena de ter que devolver integralmente o valor recebido, com as devidas correções, no caso de descumprimento;
- d) Cumprir as normas deste TO, do Manual da FAPEMIG, do Manual do PCRH, bem como as relacionadas na Cláusula Décima Terceira;
- e) Não acumular qualquer tipo de bolsa durante o “Período da Bolsa de Mestrado ou Doutorado”, sob pena de ter que devolver integralmente o valor recebido, com as devidas correções e juros legais;
- f) Enviar no momento da prestação de contas técnico-científico, no caso de projeto desenvolvido sob sigilo, o Termo de Sigilo e de Confidencialidade assinado por todas as partes envolvidas na execução do projeto;
- g) Fazer expressa referência à **OUTORGANTE**, além de fornecer 1 (um) exemplar da obra publicada, sempre que, em virtude do apoio deferido, for produzido livro, revista ou qualquer outro trabalho técnico ou científico;
- h) Divulgar o presente apoio da **OUTORGANTE** nas palestras, seminários e cursos, ou na promoção do produto resultado do evento através de publicações científicas, artigos em jornais e/ou revistas, *folders*, *banners*, cartazes, quadros, folheto, dentre outros, sob pena de inadimplência das obrigações ora pactuadas, observada em ano eleitoral a Lei Federal 9.504/97.

CLAUSULA QUINTA - DAS METAS

O s **OUTORGADOS** atestam que o Plano de Trabalho ou documento equivalente disponível na plataforma Everest, que integra o presente TO independente de transcrição, contém a especificação das metas a serem atingidas, com indicadores que permitem avaliar o seu cumprimento ao longo do tempo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **OUTORGANTE** reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, monitorar a execução das metas e atividades, conforme definido no Plano de Trabalho e, após a conclusão dos trabalhos, verificar o cumprimento das condições fixadas no TO.

CLAUSULA SEXTA - DO SIGILO E DE CONFIDENCIALIDADE

Como forma de garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual porventura decorrentes das atividades realizadas em decorrência da bolsa/curso financiada(o) pelo presente TO, obrigam-se os **PARTÍCIPES** a manter sigilo e confidencialidade das informações pertinentes à pesquisa, de forma a assegurar o atendimento ao requisito “novidade” exigido pela legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A obrigação de sigilo e de confidencialidade prevista na presente cláusula perdurará até que os direitos dos envolvidos tenham sido devidamente protegidos e cessará na hipótese do presente TO não originar direitos relativos à propriedade intelectual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Cláusula de sigilo e de confidencialidade não será objeto de renúncia por qualquer dos **PARTÍCIPES**, enquanto vigentes os objetivos e finalidade deste TO e suas cláusulas correspondentes, resguardando-se irrestritamente eventuais direitos de propriedade intelectual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos relativos à propriedade intelectual, resultantes de atividades realizadas em decorrência da bolsa/curso financiada(o) pelo presente TO, serão objeto de proteção, em conformidade com a legislação de propriedade intelectual vigente e terão como cotitulares a **OUTORGADA EXECUTORA**, a **OUTORGANTE** e demais instituições que participarem do desenvolvimento da propriedade intelectual, respeitados os direitos do autor ou inventor ou melhorista.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual e os contratos de licença de exploração deverão ser ajustados de comum acordo entre os cotitulares do direito, nos contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Qualquer cotitular do direito e/ou qualquer membro de sua equipe, somente poderá explorar diretamente os resultados advindos do objeto deste TO, mediante comum acordo entre os demais cotitulares, expresso em termo escrito e assinado por todos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os direitos sobre a propriedade intelectual de que trata esta Cláusula serão regulados também pela legislação de propriedade intelectual vigente, especialmente a Lei n. 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei n. 9.456/97 (Lei de Cultivares), Lei n. 9.609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), Decreto Federal n. 2.553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação aos inventores de instituições públicas), Lei n. 10.973/04 (Lei de Inovação), Decreto 9.283/18 (Regulamenta a Lei n. 10.973/04), Lei Estadual n. 17.348/08 (Lei Mineira de Inovação), Decreto Estadual n. 47.442/18, bem como a Deliberação n. 72/13 da FAPEMIG, e demais legislações aplicáveis à propriedade intelectual.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Os ganhos econômicos auferidos em eventual exploração comercial de pesquisas e inovações resultantes do presente TO, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados entre os cotitulares do direito, na proporção equivalente ao montante do valor agregado, investido na pesquisa, inovações e proteção à propriedade intelectual, cujos percentuais serão definidos nos respectivos Contratos de Cotitularidade e de Transferência de Tecnologia.

PARÁGRAFO ÚNICO: É assegurada ao pesquisador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido autor, inventor ou melhorista, nos termos da Lei Federal n. 10.973/04 (Lei de Inovação), da Lei Estadual n. 17.348/08 (Lei Mineira de Inovação) e da Deliberação n. 72/13 da FAPEMIG.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICO-CIENTÍFICA

O **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** obriga-se a realizar a prestação de contas técnico-científica do processo, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o seu prazo de execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG e as demais normas da **OUTORGANTE**, bem como na legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas técnico-científica será realizada por meio de relatório contendo os resultados obtidos, em formulário eletrônico disponível no sistema Everest, ou outro(s) documento(s) que vier(em) a substituí-lo, além do envio de cópia das publicações e dos produtos gerados no processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** também deverá enviar um PITCH (vídeo de curta duração de aproximadamente 3 min.), contendo uma síntese do(s) resultado(s) mais significativo(s) do projeto desenvolvido, menção ao apoio da FAPEMIG, quando da apresentação do relatório técnico final, e que será utilizado como material de divulgação, devendo também ser enviado documento autorizando a divulgação do PITCH.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese da reprovação parcial ou integral da prestação de contas técnico-científica, o **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** deverá efetuar a devolução dos recursos recebidos, integral ou

proporcionalmente, conforme o caso, sem prejuízo da correção monetária devida.

PARÁGRAFO QUARTO: A **OUTORGADA EXECUTORA** acompanhará a execução e a apresentação da prestação de contas técnico-científica pelo **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)**, inclusive responsabilizando-se pela cobrança e pela aplicação de sanções no caso de inadimplência, sendo obrigada solidariamente à devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas científica, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA PARCIAL E FINAL

A **OUTORGADA EXECUTORA** obriga-se a realizar a prestação de contas financeira do projeto, no prazo de até 60 (sessenta) dias após encerrado o prazo de sua execução, ou pela rescisão deste TO por qualquer motivo, devendo a prestação de contas observar as diretrizes previstas no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH, a Cartilha de Prestação de Contas Financeira, as demais normas da **OUTORGANTE**, bem como a legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de reprovação integral ou parcial da prestação de contas financeira, a **OUTORGADA EXECUTORA** deverá efetuar a devolução proporcional dos recursos recebidos, devidamente corrigidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** poderá ser responsabilizado solidariamente pela devolução dos recursos em decorrência da reprovação parcial ou integral da prestação de contas financeira, caso a sua ação ou omissão tenha concorrido para a reprovação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso da prestação de contas financeira parcial, a **OUTORGADA GESTORA** deverá observar o previsto na Portaria FAPEMIG PRE n. 24/2022, especialmente os seus arts. 56 e 57.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA

A violação de quaisquer das cláusulas do presente TO importará em imediata suspensão da(o) bolsa/curso concedida(o) e, eventual rescisão deste TO, além da devolução dos recursos recebidos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente TO poderá ser rescindido no caso de inadimplência de quaisquer de suas cláusulas; por desempenho insatisfatório do(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** e não conclusão das atividades previstas no Plano de Trabalho ou documento equivalente disponível na plataforma Everest; podendo ainda a **OUTORGANTE** cancelar ou suspender, a seu exclusivo critério, e a qualquer tempo, os benefícios definidos, sem que disso resulte direito algum a reclamação ou indenização por qualquer das partes, com relação à **OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, poderá o **PARTÍCIPE** prejudicado dar por findo o presente TO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o **PARTÍCIPE** inadimplente pelos prejuízos ocasionados, salvo hipótese de caso fortuito ou de força maior, devidamente demonstrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente TO poderá ser denunciado a qualquer tempo, por quaisquer dos partícipes, que permanecerão obrigados aos compromissos assumidos até a efetivação do ato, mediante notificação com antecedência mínima de trinta dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, observada eventual obrigação de devolução dos recursos já recebidos pelo bolsista, conforme regras do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As normas de concessão, execução, pagamento, acompanhamento e prestação de contas do presente TO são as previstas nas Leis Federais n. 13.243/2016, n. 10.973/2004 e, no que couber, na Lei nº 14.133/21, Lei Estadual n. 22.929/2018, Decreto Estadual n. 47.442/2018, [Decreto Estadual n. 46.304/2013](#) e demais legislações aplicáveis ao presente instrumento, além do regramento constante no Manual da FAPEMIG, no Manual do PCRH e demais normas internas da **OUTORGANTE**, que poderão ser alteradas a critério desta, bem como as prescritas na Chamada Pública identificada neste Termo, aplicando-se também os princípios que regem a atuação da administração pública, em especial os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aplicam-se também ao presente TO, de forma subsidiária, o Decreto Federal n. 8.241/2014 e o Decreto Estadual n. 46.319/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Outorga de Bolsa/Curso não cria e não envolve relação empregatícia de qualquer espécie entre o(a) **BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)** e a **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADESÃO ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Os **OUTORGADOS** declaram que aceitam e aderem, sem restrições, ao presente TO, como está deferido e se responsabilizam pelo seu fiel cumprimento, em todos os seus termos, cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PRAZO PARA ASSINATURA

Os **PARTÍCIPIES** terão prazo máximo de 10 (dez) dias para realizar a assinatura eletrônica do presente TO, a contar da sua disponibilização via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob pena de cancelamento do apoio nele previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste TO será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais por conta e ônus da **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A **OUTORGADA EXECUTORA** deverá indicar, expressamente, um responsável para controlar e fiscalizar a execução do presente instrumento, nos termos da Lei Estadual 22.929/2018, podendo a indicação ser feita no Plano de Trabalho ou em documento apartado (_____), o qual passará a fazer parte integrante e indissociável do presente TO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **OUTORGANTE** indica como responsável pela gestão do presente TO o chefe do Departamento de Programas de Bolsas e Eventos Técnicos Jurcimar Ferreira Martins e pela fiscalização a chefia do Departamento de Monitoramento e Avaliação de Resultados Rafael Siqueira Falce Neto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

As Cláusulas do presente Termo de Outorga poderão ser alteradas de comum acordo pelos **PARTÍCIPIES** por meio de **TERMO ADITIVO**, nos termos do inciso XIII, do art. 79 do Decreto 47.442/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aceitas solicitações de alteração de processo apresentadas apenas até sessenta dias antes da data do encerramento do período de execução do TO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Excepcionalmente, a critério da **OUTORGANTE**, será admitido o recebimento de proposta de alteração por parte dos **OUTORGADOS** em prazo inferior ao estipulado no parágrafo anterior, desde que dentro da vigência do TO, mediante a apresentação de justificativa do atraso na solicitação da proposta de aditamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para remanejamento de recursos e solicitação de alteração do TO deverá ser observado e atendido o disposto na Portaria FAPEMIG PRE n. 24/2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente TO, fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte ou, em sendo qualquer dos **OUTORGADOS** entidade pública federal, fica eleita a Justiça Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais - Belo Horizonte.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais controvérsias que envolvam apenas a **OUTORGANTE** e entidade pública estadual serão dirimidas administrativamente pelas partes ou, na impossibilidade, através da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos junto à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, <<TO_DATAEMISSAO>>.

OUTORGANTE
REPRESENTANTE LEGAL

**OUTORGADA EXECUTORA
<<DESEN_DIRIGENTE>>**

**BOLSISTA/BENEFICIÁRIO(A)
<<BOLSISTA>>**

ANEXO VI: TERMO DE ANUÊNCIA - ATUAÇÃO SEM A UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO

Chamada FAPEMIG 04/2024

**TERMO DE ANUÊNCIA
ATUAÇÃO SEM A UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO**

Termo de anuência para gestão dos recursos aprovados
sem a utilização de uma Fundação de Apoio

Nos termos do item 9.3 da Chamada FAPEMIG 04/2024, de Bolsas de Pós-Graduação pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH, a Proponente poderá indicar uma Fundação de Apoio para gerenciamento dos recursos aprovados, a qual deverá observar os termos de cadastro previstos na Portaria PRE n. 01/2021, porém, a Proponente _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) representante legal, _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, DECLARA que está habilitada para operacionalizar o gerenciamento administrativo, jurídico e financeiro dos recursos aprovados, sem a utilização de uma Fundação de Apoio, inclusive com a responsabilidade solidária pela Prestação de Contas Técnica/Financeira.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Nome do Representante Legal

Nome da Instituição Proponente

ANEXO VII: TERMO DE ANUÊNCIA - ART. 65 DO DECRETO ESTADUAL N. 47.442/2018

Chamada FAPEMIG 04/2024

TERMO DE ANUÊNCIA

ATUAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO JUNTO A ICTMG DISTINTA DA ICTMG VINCULADA

Nos termos do artigo 65 do Decreto Estadual n. 47.442, de 4 de julho de 2018, a * _____, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) representante legal, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA concordar com a atuação da ** _____ - para apoio à gestão das propostas aprovadas por meio da Chamada FAPEMIG 04/2024, Bolsas de Pós-Graduação pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos - PCRH, e cumprimento das determinações previstas no Termo de Outorga com Gestora, anexo IV da Chamada referida, que será firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e a *** _____.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Reitor(a) da Universidade Federal de _____

***Exemplo:** Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

****Exemplo:** Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE; Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP.

*****Instituição Credenciada ao PCRH**

ANEXO VIII: DECLARAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

Chamada FAPEMIG 04/2024

DECLARAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO <NOME DA INSTITUIÇÃO CREDENCIADA AO PCRH>

Declaramos que o(a) servidor(a) <Nome completo do servidor>, MASP <nº. do MASP> lotado no(a) <Nome da instituição credenciada ao PCRH> é ocupante do cargo <descrever o nome do cargo>, com carga horária de <descrever a quantidade de horas semanais>, em virtude de aprovação no concurso público <descrever informações do concurso>, com posse em <data da posse> e exercício a contar de <data do início do exercício>, perfazendo no período citado até a presente data um total de <quantidade de dias de efetivo exercício> dias de efetivo exercício.

Declaramos, ainda, que resta ao candidato <quantidade de dias> para completar os requisitos exigidos pela legislação vigente para requerer a sua aposentadoria.

Por fim, atestamos que o referido servidor atua em área correlata ao conteúdo do curso pretendido < incluir o nome do curso e modalidade [Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado) ou Lato Sensu (especialização)]> que <está sendo ou será> realizado na <nome da Instituição provedora do curso>.

<Local>, _de_de <ano>.

<Assinatura do setor de Recursos Humanos da Instituição beneficiária>

ANEXO IX: TERMO DE INDICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Chamada FAPEMIG 04/2024

TERMO DE INDICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Outorgada Executora/Outorgada Gestora SIGLA - Nome da Instituição entidade jurídica de direito público/privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a). Nome Completo, INDICA, nos termos do art. 90 do Decreto Estadual n. 47.442/2018, art. 37 da Resolução Conjunta SEGOV-AGE n. 04/2015 e art. 3º, §5º, IV da Lei Estadual n. 22.929/2018, o(a) Sr(a). Nome Completo, inscrito no CPF sob o nº XXX, cargo/função, como responsável pela gestão e fiscalização dos Termos de Outorga provenientes da **Chamada 04/2024 – BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PELO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – PCRH**.

Local, data.

Nome do Representante Legal
Cargo/Função do Representante Legal
(Assinatura manuscrita e carimbo ou Assinatura Eletrônica)

Ciente:

Gestor(a) do Termo de Outorga
Cargo/Função do(a) Gestor(a) do Termo de Outorga
(Assinatura manuscrita ou eletrônica)

1. É necessário que o indicado dê ciência no termo de indicação.
2. Esse anexo poderá ser preenchido e assinado em formato digital desde que seja possível a identificação do nome completo e do cargo/função do(s) signatário(s), sendo aceitas versões e assinaturas geradas por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!

CHECK LIST - BPG - CHAMADA FAPEMIG 04/2024				
Nº do Processo		Status		
Instituição		Gestora		
Bolsista		Cidade onde trabalha/mora		
Instituição onde será o curso				
Título				
Período do curso informado	Início:	Término:	Quantos meses:	
Período do curso financiado	Início:	Término:	Quantos meses:	
Período solicitado	Início:	Término:	Quantos meses:	
Período financiado	Início:	Término:	Quantos meses:	
Mensalidades de bolsas MESTRADO SOLICITADAS	Quantidade:	Parcial: R\$ 1.050,00	Integral: R\$ 2.100,00	R\$

Mensalidades de bolsas MESTRADO PERMITIDAS	Quantidade:	Parcial: R\$ 1.050,00	Integral: R\$ 2.100,00	R\$
Mensalidades de bolsas DOUTORADO SOLICITADAS	Quantidade:	Parcial: R\$ 1.550,00	Integral: R\$ 3.100,00	R\$
Mensalidades de bolsas DOUTORADO PERMITIDAS	Quantidade:	Parcial: R\$ 1.550,00	Integral: R\$ 3.100,00	R\$
Passagem ⁴	R\$			
Taxas Escolares ⁵	R\$			
Despesas operacionais	De bolsas e taxas escolares 2,5%	R\$		
	De passagem 6%	R\$		
	Total das Despesas Operacionais	R\$		
Total	R\$			
Modalidade		() Integral ¹	() Parcial ²	
Sim	Não	REQUISITOS PARA AS TRÊS MODALIDADES		
		Everest devidamente preenchido (6.2.8 Detalhamento de todos os itens de despesa necessários para a execução da proposta, se houver, contendo quantidade, valor unitário e justificativa.)		
		Curso ministrado por instituição diferente da Proponente (5.2.8)		
		Curso ministrado por instituição situada no território brasileiro (5.2.7.1)		
		Unidade SEI do solicitante, para assinatura do Instrumento Jurídico (6.2.4.6): _____		
		Comprovante de que o candidato é graduado em curso de nível superior (6.3.5)		
		Liberado pela SUGESP/SEPLAG (6.3.2). Ou documento formal emitido pela chefia imediata informando da compensação de horas , conforme o Decreto n. 48.176/2021. Ou documento formal emitido pela área de Recursos Humanos informando que o servidor não ficará afastado do trabalho para realização do curso.		
		Arquivo eletrônico contendo o Lattes (6.3.7)		
		Arquivo eletrônico contendo documento formal emitido pela área de RH informando (6.3.1): <ul style="list-style-type: none"> · ser servidor efetivo ou empregado público concursado, com a instituição beneficiária do apoio do PCRH. · a carga horária mínima de 30 horas semanais. · restar de efetivo exercício, do tempo para sua habilitação para aposentadoria, o dobro do período necessário para o curso pretendido: Doutorado 8 anos; Mestrado 4 anos; Especialização verificar a duração do curso, será o dobro. · que o candidato atua em área correlata ao conteúdo do curso pretendido. 		
		Comprovante de aprovação ou matrícula (6.3.3) Obs.: Verificar se o candidato realmente está matriculado e se o título do projeto consta no comprovante de matrícula. Alguma informação ou documento que vincule ao projeto.		
		Comprovante de inscrição (6.3.3.1) , caso o resultado da seleção não seja divulgado até o momento de fechamento desta Chamada (11/03/2024). (Obs.: O comprovante final de aprovação deve ser encaminhado em até 60 dias após a divulgação de resultado (21/05/2024) da Chamada, ou seja, até 21/07/2024.		
		Parecer de recomendação da autoridade competente da instituição beneficiária (ANEXO I) (6.3.4): Declaro que o(a) servidor(a) <Nome completo do servidor>, MASP <no. do MASP> lotado no(a) <Nome da instituição credenciada no PCRH> está autorizado(a) a realizar o curso de <tipo de curso> em <nome do curso ou programa> na <nome da instituição de ensino superior>. Esse curso tem importância estratégica para o desenvolvimento institucional pela(s) seguinte(s) razão(ões): <Descrever> Declaro ainda que será dado o apoio institucional necessário para sua conclusão com sucesso. <Local>, de de<ano> <Carimbo e assinatura>		
		Consta Gestora		

		<p>Quando não constar Gestora deverá ser anexado o Termo de Anuência para atuação sem a utilização da Gestora (9.3).</p> <p>Consta o Termo de Anuência, nos moldes do ANEXO VI:</p> <p style="text-align: center;">TERMO DE ANUÊNCIA ATUAÇÃO SEM A UTILIZAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO</p> <p style="text-align: right;">Termo de anuência para gestão dos recursos aprovados sem a utilização de uma Fundação de Apoio</p> <p>Nos termos do item 4.4 da Chamada FAPEMIG 10/2022, de Bolsas de Pós-Graduação pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH, a Proponente poderá indicar uma Fundação de Apoio para gerenciamento dos recursos aprovados, a qual deverá observar os termos de cadastro previstos na Portaria PRE n. 01/2021, porém, a Proponente _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) representante legal, _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, DECLARA que está habilitada para operacionalizar o gerenciamento administrativo, jurídico e financeiro dos recursos aprovados, sem a utilização de uma Fundação de Apoio, inclusive com a responsabilidade solidária pela Prestação de Contas Técnica/Financeira.</p>
		<p>Gestora cadastrada na SEDE</p>
		<p>Arquivo eletrônico contendo, se for o caso, a anuência a que se refere o art. 65 do Decreto 47.442/18, conforme ANEXO VII (6.3.8):</p> <p style="text-align: center;">TERMO DE ANUÊNCIA ATUAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO JUNTO A ICTMG DISTINTA DA ICTMG VINCULADA</p> <p style="text-align: right;">Termo de anuência para gestão de instrumento jurídico</p> <p>Nos termos do artigo 65 do Decreto Estadual nº 47.442, de 4 de julho de 2018, a * _____, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) representante legal, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA concordar com a atuação da ** _____ - para apoio à gestão das propostas aprovadas por meio da Chamada FAPEMIG 04/2024, Bolsas de Pós-Graduação pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos - PCRH, e cumprimento das determinações previstas no Termo de Outorga com Gestora, anexo IV da Chamada referida, que será firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e a *** _____.</p> <p style="text-align: right;">Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.</p> <p style="text-align: right;">_____ Reitor(a) da Universidade Federal de _____</p>

		<p>Indicação do responsável da Outorgada Executora pela gestão/fiscalização do TO (9.4): Nome: _____ CPF: _____ (Obs: O nome deve ser diferente do solicitante)</p> <p style="text-align: center;">ANEXO IX</p> <p style="text-align: center;">TERMO DE INDICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>A Outorgada Executora/Outorgada Gestora SIGLA - Nome da Instituição entidade jurídica de direito público/privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/0001-XX, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a). Nome Completo, INDICA, nos termos do art. 90 do Decreto Estadual n. 47.442/2018, art. 37 da Resolução Conjunta SEGOV-AGE n. 04/2015 e art. 3º, §5º, IV da Lei Estadual n. 22.929/2018, o(a) Sr(a). Nome Completo, inscrito no CPF sob o nº XXX, cargo/função, como responsável pela gestão e fiscalização dos Termos de Outorga provenientes da Chamada 04/2024 – BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PELO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – PCRH.</p> <p>Local, data.</p> <p style="text-align: center;">Nome do Representante Legal Cargo/Função do Representante Legal (Assinatura manuscrita e carimbo ou Assinatura Eletrônica)</p> <p style="text-align: center;">Ciente:</p> <p style="text-align: center;">Gestor(a) do Termo de Outorga Cargo/Função do(a) Gestor(a) do Termo de Outorga (Assinatura manuscrita ou eletrônica)</p> <p>1. É necessário que o indicado dê ciência no termo de indicação. 2. Esse anexo poderá ser preenchido e assinado em formato digital desde que seja possível a identificação do nome completo e do cargo/função do(s) signatário(s), sendo aceitas versões e assinaturas geradas por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!</p>
		<p>ANEXO IX - TERMO DE INDICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (9.4)</p> <p>Indicação do responsável da Outorgada Gestora pela gestão/fiscalização do TO: Nome: _____ CPF: _____</p>
Sim	Não	REQUISITOS SOMENTE PARA DOUTORADO E MESTRADO
		<p>Período máximo de concessão é: 48 meses para Doutorado e 24 meses para Mestrado (4.2).</p> <p>OBS.: Caso o(a) candidato(a) já esteja cursando a Pós-Graduação, com ou sem bolsa, esse período será descontado do limite máximo de cada auxílio.</p>
		<p>Declaração (ANEXO II*6): (6.3.6.1, "b")</p> <p>Declaro, para os devidos fins, que não recebo bolsa de qualquer espécie, paga por agência de fomento ou por organismos nacionais ou internacionais. Declaro, ainda, que irei seguir as normas da modalidade solicitada e dedicar-me ao programa de trabalho proposto, estando ciente de que deverei ressarcir à Fapemig o valor investido caso não cumpra as normas estabelecidas, não permaneça em serviço na instituição pelo período equivalente, no mínimo, ao do benefício recebido; desista do curso/treinamento antes do término previsto, ou não conclua o curso.</p>
		<p>Curso avaliado pela CAPES, no mínimo, com conceito 4 (5.2.7) – Programa: _____</p>
		<p>Anteprojeto³ de dissertação ou tese (6.3..6.1, "a")</p>
Sim	Não	REQUISITOS SOMENTE PARA ESPECIALIZAÇÃO
		<p>Especialização não iniciada.</p> <p>OBS.: 7.3 Curso Lato Sensu (Especialização) somente poderá ser financiado desde que ainda não tenha sido iniciado.</p>

	Declaração (ANEXO III*6): (6.3.6.2, "c") Declaro, para os devidos fins, que irei seguir as normas da modalidade solicitada e dedicar-me à formação (nome do curso) proposta, estando ciente de que deverei ressarcir à Fapemig o valor investido caso não cumpra as normas estabelecidas, não permaneça em serviço na instituição pelo período equivalente, no mínimo, ao do benefício recebido ou desista do curso antes do término previsto.
	Duração: mínimo de 360 horas. E os cursos organizados em módulos poderão ser realizados, no máximo, em 24 meses (4.2)
	Curso credenciado no Portal do MEC (5.2.7)
	Programa, conteúdo e indicação das áreas de atuação do curso pretendido (6.3.6.2, "a")
	Documento oficial do curso contendo o valor da mensalidade e das taxas escolares (6.3.6.2, "b")

OBSERVAÇÕES GERAIS	
1	Integral = Curso em município diferente ao do seu domicílio, ou do seu local de trabalho. (7.1.1.1)
2	Parcial (50%) = Curso no mesmo município do domicílio, ou na região metropolitana. (7.1.1.1)
3	O anteprojeto é necessário mesmo para as instituições que não exijam este documento, pois será avaliado pela Câmara de Avaliação de Projetos (6.3.6.1, "a.1").
4	Passagem: um (1) único trecho de ida e volta para o beneficiário, quando o curso for desenvolvido fora do domicílio ou da sede de trabalho. (7.1.2)
5	Taxas Escolares: 7.1.3.1 Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado): Pagamento das taxas escolares anuais, incluindo a matrícula e as taxas de laboratório, limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) do valor anual acumulado das mensalidades, referente à bolsa integral da qualificação pretendida (subitem 3.3 desta Chamada). Mestrado: (R\$2.100,00 x 12 = R\$25.200,00) 25% = R\$6.300,00 Doutorado: (R\$3.100,00 x 12 = R\$37.200,00) 25% = R\$9.300,00 7.1.3.2 Lato Sensu (Especialização): Pagamento integral de taxas escolares, incluindo matrícula e taxas de laboratório.
6	6.3.9 Quaisquer modificações nos textos dos Anexos II e III acarretarão na desclassificação da Proposta.
7	14.1 A ausência de quaisquer informações ou documentos necessários para o julgamento do mérito da proposta, bem como o preenchimento incorreto do Formulário Eletrônico e seus anexos, implicará na desclassificação da proposta.
OBSERVAÇÕES PARA ESTE PROCESSO	



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Speziali, Diretor (a)**, em 15/02/2024, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Arruda de Oliveira, Presidente**, em 15/02/2024, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81575266** e o código CRC **BC4F250D**.